

REVISTA INTERNACIONAL  
**CONSINTER**  
DE DIREITO

*Publicação Semestral Oficial do  
Conselho Internacional de Estudos  
Contemporâneos em Pós-Graduação*

**ANO VI – NÚMERO XI**

**2º SEMESTRE 2020**

**ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS**

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO, ANO VI, N. XI, 2º SEM. 2020



**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Tel: +351 223 710 600  
Centro Comercial D’Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

*Home page:* revistaconsinter.com

*E-mail:* internacional@jurua.net

**ISSN: 2183-6396-00011**

**Depósito Legal: 398849/15**

**DOI: 10.19135/revista.consinter.00011.00**

**Editor:**

David Vallespín Pérez

Catedrático de Derecho Procesal de la Universitat de Barcelona. Su actividad docente abarca tanto los estudios de Grado como los de Doctorado. Ha realizado enriquecedoras estancias de investigación en prestigiosas Universidades Europeas (Milán, Bolonia, Florencia, Gante y Bruselas).

**Diretores da Revista:**

Germán Barreiro González

Doctor en Derecho por la Universidad Complutense de Madrid. Colaborador Honorífico en el Departamento de Derecho Privado y de la Empresa – Universidad de León (España).

Gonçalo S. de Melo Bandeira

Professor Adjunto e Coordenador das Ciências Jurídico-Fundamentais na ESG/IPCA, Minho, Portugal. Professor Convidado do Mestrado na Universidade do Minho. Investigador do CEDU – Centro de Estudos em Direito da União Europeia. Doutor e Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mestre pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

María Yolanda Sánchez-Urán Azaña

Catedrática de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social de la Facultad de Derecho, UCM, de la que ha sido Vicedecana de Estudios, Espacio Europeo de Educación Superior y de Innovación Educativa y Convergencia Europea.

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

REVISTA INTERNACIONAL  
**CONSINTER**  
DE DIREITO

*Publicação Semestral Oficial do  
Conselho Internacional de Estudos  
Contemporâneos em Pós-Graduação*

**ANO VI – NÚMERO XI**

**2º SEMESTRE 2020**

**ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS**

Porto  
Editorial Juruá  
2020

## **Instruções aos Autores**

### **Revista Internacional CONSINTER de Direito**

#### **1. DAS PUBLICAÇÕES**

Para publicação na Revista Internacional CONSINTER de Direito os artigos científicos serão avaliados pelo sistema *double blind review*, no qual dois Pareceristas do CONSINTER avaliarão os trabalhos sem nenhuma identificação de autoria. O enquadramento dos textos avaliados e aprovados para fins de publicação na Europa pelo Editorial Jurúa Lda., e no Brasil pela Jurúa Editora Ltda., obedecerão aos seguintes critérios:

#### **REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO**

Conforme as exigências das agências e instituições nacionais e internacionais de investigação e docência que avaliam a atividade acadêmica e investigadora das Pós-Graduações, a Coordenação Executiva do CONSINTER, ao seu melhor juízo, selecionará uma determinada quantidade de artigos aprovados que serão agraciados com a Publicação no Periódico Revista Internacional do CONSINTER de Direito, com ISSN de Portugal. Ainda:

- a) Para cada artigo selecionado para a Revista Internacional do CONSINTER de Direito, será atribuído um número de registro específico e único no Sistema DOI (Digital Object Identifier);
- b) Também será atribuído um registro no Sistema DOI (Digital Object Identifier) para a Revista Internacional do CONSINTER de Direito.
- c) Todos os artigos publicados na Revista Internacional CONSINTER de Direito estão disponíveis gratuitamente no *site* da Revista CONSINTER <<https://revistaconsinter.com/edicoes-anteriores/>>.
- d) A Revista Internacional CONSINTER de Direito está indexada em bases de dados nacionais e internacionais como: Google Scholar, Latindex, REDIB, DOAJ, CAPES, LivRe, Diadorim, Sumários.org, Cite Factor, Tribunal Superior Eleitoral, Rede Virtual de Bibliotecas Integradas (RVBI) e membro da Crossref.

**Obs. 1:** Em face das normas técnicas, para fins de qualificação do periódico, somente poderão ser selecionados para a Revista Internacional CONSINTER de Direito os artigos aprovados nos quais pelo menos um dos autores e/ou autor tenha a titulação de Doutor.

**Obs. 2:** Ficará a critério do Comitê Organizador a indicação e o número da Revista em que o artigo aprovado será liberado para publicação.

#### **2. PERIODICIDADE**

Semestral.

#### **3. CONDIÇÕES**

- a) A submissão do trabalho científico para análise está condicionada à confirmação da inscrição de todos os autores e coautores;
- b) Somente serão publicados os artigos aprovados pelo Corpo de Pareceristas/Conselho Editorial do CONSINTER.

#### **4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA SUBMISSÃO**

- a) Inscrição;
- b) Comprovante de pagamento da submissão/inscrição;
- c) Cessão de direitos autorais assinada;
- d) Artigo completo seguindo as orientações do item 5;
- e) O artigo deverá ser encaminhado por um dos autores ao e-mail [contato@consinter.org](mailto:contato@consinter.org)

#### **5. NORMAS – OS ARTIGOS ENVIADOS DEVEM CUMPRIR OS SEGUINTE CRITÉRIOS:**

- a) O artigo deve adotar a norma do Código de Redação Institucional da União Europeia (Norma Umberto Eco/EU) – ver item 06.

Esse sistema é similar às normas da ABNT, entretanto a utilização torna-se mais fácil (todos os separadores são vírgula) e só destaca em *itálico*, nunca em **negrito**.

b) Ser inédito (não publicado em livros, revistas especializadas ou na imprensa em geral) e apresentar propriedade técnico-jurídica; relevância nacional e internacional do tema abordado, fluência redacional, correção gramatical e respeito a aspectos éticos e científicos.

**Obs.:** Textos inseridos em documentos de circulação restrita nas universidades serão considerados inéditos.

c) Ter sido produzido por Estudantes e/ou Professores de Pós-Graduação *Lato Sensu* e/ou *Stricto Sensu* ou por Mestres, Doutores e pós-Doutores.

d) Serão aceitos trabalhos em coautoria, até no máximo três (03) participantes devidamente inscritos.

e) O artigo deverá estar identificado com um dos critérios de classificação conforme informado em edital.

f) O(s) autor(es) que submeter(em) o mesmo artigo científico (com o mesmo título e conteúdo ou apenas mudando o título) para mais de um dos ramos do Direito acima indicados terão ambos os artigos científicos automaticamente eliminados da avaliação.

g) Conter no mínimo 15 páginas, e no máximo 25 páginas.

h) Ser redigido em formato Word em dois arquivos distintos, um com e outro sem identificação, ambos completos, contendo: Título em língua portuguesa, espanhola, inglesa, italiana ou francesa; Sumário; Resumo e Palavras-chave em língua portuguesa ou espanhola e inglesa, respeitando as normas técnicas.

i) Para o arquivo sem identificação é importante o autor certificar-se que no conteúdo do artigo a ser avaliado não conste nenhuma informação que possibilite a identificação do autor ou a instituição, a qual esteja vinculado direta ou indiretamente.

j) O artigo poderá ser apresentado em língua portuguesa, espanhola, inglesa, italiana ou francesa, observando que o título, resumo e palavras-chave precisam, obrigatoriamente, estar indicados em dois idiomas, sendo peremptoriamente uma indicação no idioma inglês.

**Exemplificando:**

Se escrito no idioma português: o Resumo e as Palavras-chave devem obrigatoriamente ser indicadas em português e inglês.

Se escrito no idioma espanhol: o Resumo e as Palavras-chave devem obrigatoriamente ser indicadas em espanhol e inglês.

Se escrito no idioma inglês: o Resumo e as Palavras-chave devem obrigatoriamente ser indicadas em inglês e português.

k) Artigos em inglês tem prioridade na análise e na publicação, desde que um dos autores contenha a titulação de doutor.

l) O texto deve estar salvo em arquivo Word, em versão recente, com as seguintes características: fonte Times New Roman; corpo 12; alinhamento justificado, sem separação de sílabas; espaço de 1,5 entre linhas; parágrafo de 1,5 cm; não colocar espaçamentos especiais antes ou após cada parágrafo; margens superior e esquerda com 3 cm, inferior e direita com 2 cm; em papel tamanho A4; notas de rodapé explicativas na mesma página em que for citada a referência sendo que as Referências deverão seguir o Código de Redação Institucional da União Europeia (Norma Umberto Eco/UE) – ver item 06.

m) As páginas deverão estar numeradas.

n) Para cada título, subtítulos, todos alinhados à esquerda, deverá haver um texto correspondente.

o) Devem ser escritos de forma clara e objetiva, evitando-se parágrafos prolixos ou extenuantes e privilegiando as orações na ordem direta como: sujeito – predicado – complemento.

p) Não serão aceitos textos com figuras, ilustrações e/ou fotografias, à exceção de gráficos e tabelas que sejam imprescindíveis para a compreensão do trabalho e compatíveis com a impressão em preto e branco, sendo vedada a utilização de gráficos e tabelas se originarem de terceiros.

q) Conter Resumo (entre 100 e 250 palavras) em língua portuguesa ou espanhola e em inglês, assim como a indicação de Palavras-chave (entre 3 e 10 palavras) também em português ou espanhol e inglês.

r) Conter: Sumário a ser indicado na sequência da apresentação do Título, Resumo (entre 100 e 250 palavras – peremptoriamente com 02 idiomas), sendo um em Língua portuguesa ou espanhola e outro necessariamente em inglês, assim como a indicação das Palavras-chave (entre 3 e 10 palavras), obedecendo o mesmo critério de apresentação do Resumo.

s) O texto deve obrigatoriamente vir acompanhado do termo de autorização para publicação – Cessão de Direitos Autorais/Patrimoniais – devidamente preenchido com as informações solicitadas, conforme modelo anexo e/ou disponível no *site*;

t) A qualificação do autor deverá ser em nota de rodapé e conter:

- no máximo 4 linhas;
- indicando obrigatoriamente o endereço de e-mail;
- a formação acadêmica;
- a Instituição de Ensino Superior ao qual esteja vinculado como aluno ou como professor;
- informar a cidade, estado e o país da Instituição de vínculo.

u) Todos os artigos, obrigatoriamente, deverão estar acompanhados do comprovante do pagamento da inscrição de cada autor e coautor.

v) Observando que o CONSINTER e uma instituição sem fins lucrativos, o valor da inscrição/submissão subsidia a publicação dos artigos na Revista Internacional CONSINTER de Direito. A taxa de submissão/inscrição é individual e exclusiva para cada autor. Portanto, cada autor deve efetuar a sua inscrição e pagar a sua respectiva taxa.

w) Um autor pode enviar quantos artigos desejar, porém, deve efetuar o pagamento da taxa de inscrição/submissão de cada um deles.

x) Observando as normas de qualificação, somente poderão ser liberados para publicação na Revista Internacional CONSINTER de Direito, um artigo de cada autor. Em caso de aprovação de dois ou mais artigos de um mesmo autor para a Revista, a comissão de avaliação, ao seu melhor juízo, escolherá um para publicação na Revista, os outros serão direcionados para publicação no livro Direito e Justiça ou para publicação nos próximos números da Revista.

→ Os artigos que não cumprirem as normas acima serão desclassificados

## **6. DOS SISTEMAS PARA A INDICAÇÃO DAS FONTES DAS CITAÇÕES**

Para a indicação das fontes das citações, os artigos deverão adotar a norma do Código de Redação Institucional da União Europeia (Norma Umberto Eco/EU).

Esse sistema é similar às normas da ABNT, entretanto, sua utilização é mais fácil (todos os separadores são vírgula) e só destaca em *itálico*, nunca em **negrito**.

### **Regras gerais:**

– **Todos os elementos devem ser separados apenas por vírgula.**

– **Os elementos destacados com asterisco são obrigatórios.**

#### **1. Livro**

1)\* Apelido (em versalete) e Nome(s) Próprio(s) do autor,

2)\* Título e subtítulo da obra (em *itálico*),

3) (“Coleção”),

4)\* Número da edição, se houver várias,

5)\* Local,

6)\* Editora,

7)\* Ano.

8) Dados eventuais da edição mais recente

9) Número de páginas e eventual número de volumes de que a obra se compõe

10)\* Tradução.

**Exemplos:**

a) na lista de referências

MOLINA DEL POZO, Carlos, *Prácticas de Derecho de la Unión Europea*, Curitiba, Juruá, 2019.

b) nas notas de rodapé

MOLINA DEL POZO, Carlos, *Prácticas de Derecho de la Unión Europea*, Curitiba, Juruá, 2019,

pp. 22-23.

**2. Capítulo de Livro**

1)\* Apelido (em versalete) e Nome(s) Próprio(s) do autor,

2)\* “Título do Artigo ou Capítulo” (entre aspas),

3)\* in

4)\* Apelido (em versalete) e Nome(s) Próprio(s) do organizador, org.,

5)\* Título da Obra Coletiva (em itálico),

6)\* volume (se for o caso),

7)\* Local, Editora, data, páginas.

**Exemplos:**

a) na lista de referências

VISENTINI, Paulo Fagundes, “A Inserção da China na Ásia e a Transformação Estratégica da Região” in PROCÓPIO, Argemiro, org., *O Século da China*, Curitiba, Juruá, 2010.

b) na nota de rodapé

VISENTINI, Paulo Fagundes, “A Inserção da China na Ásia e a Transformação Estratégica da Região” in PROCÓPIO, Argemiro, org., *O Século da China*, Curitiba, Juruá, 2010, pp. 14-15.

**3. Artigo de Periódico**

1)\* Apelido (em versalete) e Nome(s) Próprio(s) do autor,

2)\* “Título do Artigo ou Capítulo” (entre aspas),

3)\* Título da Revista (em itálico),

4)\* volume e número do fascículo,

5)\* data,

6)\* intervalo de páginas.

**Exemplos:**

a) na lista de referências

VELÁZQUEZ, Victor Hugo Tejerina, “Alguns Aspectos da Função Social da Propriedade no Novo Código Civil”, *Revista Autônoma de Direito Privado*, v. 1, set. 2006.

b) na nota de rodapé

VELÁZQUEZ, Victor Hugo Tejerina, “Alguns Aspectos da Função Social da Propriedade no Novo Código Civil”, *Revista Autônoma de Direito Privado*, v. 1, set. 2006, p. 52.

**Segue a referência da Norma Umberto Eco/UE**

Referência: ECO, Umberto, *Como Se Faz Uma Tese Em Ciências Humanas*, 13ª ed., Barcarena, Editorial Presença, 2007. Trad. Ana Falcão Bassos e Luís Leitão, pp. 101-102.

## 7. DA AVALIAÇÃO DOS ARTIGOS

Os artigos científicos serão analisados pelo Corpo de Pareceristas do CONSINTER, formado somente por renomados juristas Doutores e Pós-Doutores, nacionais e estrangeiros especialmente convidados. Os artigos científicos serão avaliados pelo sistema *double blind review*, no qual dois Pareceristas do CONSINTER avaliarão os trabalhos sem nenhuma identificação de autoria. A apreciação inominada dos artigos científicos afiança a imparcialidade do seu julgamento, diminui a subjetividade e as preferências ideológicas.

Dessa forma, o autor deverá evitar referências diretas a si mesmo e citações que possibilitem extrair da leitura do texto a sua autoria.

Em caso de admissão do artigo científico por um dos Pareceristas do CONSINTER e reprovação por outro, o texto, ao melhor alvitre do conselho diretivo, poderá ser submetido à apreciação de um terceiro Parecerista.

a) O conteúdo dos artigos científicos é de inteira responsabilidade dos autores e após submetido para avaliação não poderá sofrer qualquer substituição ou alteração, salvo solicitação do Corpo de Pareceristas;

b) Não é permitido plágio ou inserção de cópias literais.

## CONSINTER – CONSELHO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS EM PÓS-GRADUAÇÃO

### Coordenação Executiva

Ivan Winters

Marcia Teixeira

[contato@consinter.org](mailto:contato@consinter.org)

[www.consinter.org](http://www.consinter.org)

<https://revistaconsinter.com/edicoes-antiores/>

### INDEXADORES DA REVISTA:

- Latindex
- Diadorim
- Sumários.org
- REDIB
- CAPES
- DOAJ
- LivRe
- Google Scholar
- Cite Factor
- Tribunal Superior Eleitoral
- RVBI
- Membro da CROSSREF



## **Instructions To Authors** **“Revista Internacional CONSINTER de Direito”**

### **1. ABOUT THE PUBLICATIONS**

For publication in the Revista Internacional CONSINTER de Direito, the scientific articles shall be evaluated by the double-blind review system, in which two CONSINTER Referees shall evaluate the papers without any author identification. The framework of the evaluated and accepted articles for the purpose of publication in Europe by the Editorial Juruá Lda., and in Brazil by Juruá Ltda, will follow the following criteria:

#### **FOR THE JOURNAL “REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO”**

According to the requirements of national and international agencies of investigation and teaching that evaluate the investigative and academic activity of Post-Graduation, the CONSINTER Executive Coordination, at the best of their judgment, will select a certain amount of articles approved that will be awarded with the Publication in the Journal “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”, with ISSN from Portugal. Also:

a) For each article selected for the journal “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”, a number of the specific and unique register in the DOI (Digital Object Identifier) system will be assigned;

b) A register in the DOI (Digital Object Identifier) system will also be assigned to the journal “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”;

c) All articles published in the “Revista Internacional do CONSINTER de Direito” will be made available, free of charge, on the Editorial Juruá website.

d) The journal Revista Internacional CONSINTER de Direito is indexed on national and international databases, such as Google Scholar, Latindex, REDIB, DOAJ, CAPES, LivRe, Diadorim, Sumários.org, Cite Factor, Tribunal Superior Eleitoral and Rede Virtual de Bibliotecas Integradas (RVBI) and Crossref member.

**NOTE 1:** In the face of the technical rules, for the purpose of qualification of the journal, only the articles approved in which a least one of the authors and/or author has a doctorate degree will be selected for the journal “Revista Internacional CONSINTER de Direito”. The articles properly approved that do not fulfill this requirement will be published in the Book of CONSINTER.

**NOTE 2:** The Organizing Committee will be in charge of the nomination and the issue of the journal “Revista Internacional CONSINTER de Direito” in which the approved article will be authorized for publication.

### **2. PERIODICITY**

Half-yearly

### **3. REQUIREMENTS**

a) The submission of the scientific work for analysis is conditioned to the confirmation of subscriptions of all authors and co-authors;

b) Only articles approved by CONSINTER Referees Board/Editorial Board will be published.

### **4. REQUIRED DOCUMENTS FOR SUBMISSION**

a) Registration;

b) Proof of payment of the Submission/registration;

c) Assignment of copyrights signed;

d) Full Article following the guidelines of item 5;

e) The articles must be forwarded by one of the authors by e-mail [contato@consinter.org](mailto:contato@consinter.org)

### **5. RULES – THE ARTICLES SENT MUST FULFILL THE FOLLOWING CRITERIA:**

a) For the article, it is mandatory the adoption of the European Union’s Institutional Writing Code (Umberto Eco/EU norm) standards – see item 06.

This system is similar to the ABNT norms; however, the use becomes easier (all tabs are comma) and only highlights in italics, never in bold.

**b)** Be original (not published in books, specialized journals, or in the press in general) and present technical–legal property; national and international relevance of the theme approached, wording fluency, grammar correction, and respect to the ethical and scientific aspects.

**Note:** The texts inserted in documents of restrict circulation at universities will be considered original.

**c)** Have been produced by students and/or professors of *Lato Sensu* and/or *Stricto Sensu* PostGraduation courses, or by Masters, Doctors and Post-Doctors;

**d)** Works in co-authorship will be accepted, up to a maximum of three (03) participants adequately registered;

**e)** Be identified with one of the criteria of classification to be informed in the public notice;

**f)** The author (s) that submit the same scientific article (with the same title and content or only having the title changed) for more than one of the fields of Law above mentioned, will have both scientific articles automatically eliminated from the evaluation;

**g)** Have a minimum of 15 pages, and a maximum of 25 pages;

**h)** Be submitted in Word format in two distinct files, one with and the other without identification, both complete, containing: Title in Portuguese, Spanish, English, Italian or French; Summary; Abstract and Keywords in Portuguese or Spanish and in English, respecting the technical rules;

**i)** For the file, without identification the author needs to make sure that, in the content of the article to be evaluated, there is no information that makes it possible to identify the author or the Institution they are directly or indirectly bound to;

**j)** The article can be presented in Portuguese, Spanish, English, Italian, or French, observing that the title, abstract, and keywords have to, compulsorily, be written in two languages, being one of them, peremptorily, English.

**Examples:**

If written in Portuguese: the Abstract and the Keywords must be written in Portuguese and English.

If written in Spanish: the Abstract and the Keywords must be written in Spanish and English.

If written in English: the Abstract and the Keywords must be written in English and Portuguese.

**k)** English articles have priority in the analysis and publication, as long as one of the authors has a doctorate.

**l)** The text must be saved in a word file, in a recent version, with the following characteristics: Times New Roman font, size 12; justified alignment, without hyphenation; 1.5 spacing between lines; 1.5 cm paragraph spacing; do no special insert spacing before or after each paragraph; top and left margins with 3 cm, bottom and right margins with 2 cm; A4 size document; explanatory footnotes on the same page the reference is cited, and the references must follow the technical rules – European Union’s Institutional Drafting Code standards (Umberto Eco/EU norm) – see item 06.

**m)** The pages must be numbered;

**n)** For every title, subtitle, all of them aligned on the left, there must be a corresponding text;

**o)** The text must be written clearly and objectively, avoiding long-winded and strenuous paragraphs, giving priority to sentences in the direct order, such as subject-predicate – complement;

p) Texts with figures, illustrations and/or photographs will not be accepted, except for graphs and tables which are indispensable for the understanding of the work, and compatible with black and white printing, being prohibited the use of graphs and tables if originated from a third party;

q) It must contain an Abstract (between 100 and 250 words in Portuguese or Spanish and in English, as well as the Keywords (between 3 and 10 words), also in Portuguese or Spanish and in English;

r) It must contain: a Summary to be indicated in the sequence of the title presentation, Abstract (between 100 and 250 words, peremptorily in 02 languages, one of them in Portuguese or Spanish and the other in English, just as the Keywords (between 3 and 10 words), under the same criterion of the Abstract presentation;

s) The text must be accompanied by the copyright form – according to the model attachment and/or available in the website;

t) The qualification of the author must be in a footnote and contain:

- a maximum of 4 lines;
- mandatorily indicating the e-mail address;
- stating the academic training;
- naming the Higher Education Institution to which he/she is linked as a student or as a teacher;
- informing the city, state, and country of the related Institution.

u) All the articles must be accompanied by the proof of payment of each author and co-author's registration.

v) Noting that CONSINTER is a non-profit institution, the value of the registration/submission subsidizes the Publication of articles in the Revista Internacional CONSINTER de Direito. The submission/registration fee is individual and exclusive for each author. Therefore, each author must register and pay his/her respective fee. Ex: For the inclusion of an article in co-authorship with two authors – it is necessary the registration and payment of the fee for each one of the authors;

w) An author may send as many articles as he/she wishes, but he/she must pay the registration/submission fee for each one;

x) Observing the qualification rules, only one article from each author may be released for Publication in the Revista Internacional CONSINTER de Direito. In case of approval of two or more papers by the same author for the Journal, the evaluation committee, at its best judgment, will choose one for Publication in the Journal and the others will be directed for release in the Law and Justice book or the next issues of the Journal.

## 6. ABOUT THE SYSTEMS TO INDICATE THE SOURCES OF CITATIONS

For indicating the sources of the citations, the articles must adopt the European Union's Institutional Drafting Code standards (Umberto Eco/EU norm).

### General rules:

- All elements must be separated only by a comma.
- Features highlighted with an asterisk are mandatory.

### 1. Book

- 1) \* LAST NAME (in small caps) and Author's First Name (s),
- 2) \* Title and subtitle of the book (in italics),
- 3) ("Collection"),
- 4) \* Edition number, if there are several,

- 5) \* Location,
- 6) \* Publisher,
- 7) \* Year.
- 8) Possible data from the most recent edition.
- 9) Number of pages and the potential number of volumes of which the work is composed.
- 10) \* Translation.

Example:

a) in the reference list

MOLINA DEL POZO, Carlos, *Práticas de Derecho de la Unión Europea*, Curitiba, Juruá, 2019.

b) in the footnotes

MOLINA DEL POZO, Carlos, *Práticas de Derecho de la Unión Europea*, Curitiba, Juruá, 2019, pp. 22-23.

## **2. Book chapter**

- 1) \* LAST NAME (in small caps) and Author's First Name (s),
- 2) \* Title of Chapter or Essay (in quotes),
- 3) \* in
- 4) \* Last name (in small caps) and the Organizer's First Name (s), org.,
- 5) \* Title of the Collective Work (in italics),
- 6) \* volume (if applicable),
- 7) \* Place, Publisher, date, pages.

**Example:**

a) in the reference list

VISENTINI, Paulo Fagundes, "A Inserção da China na Ásia e a Transformação Estratégica da Região" in PROCÓPIO, Argemiro, org., *O Século da China*, Curitiba, Juruá, 2010.

b) in the footnotes

VISENTINI, Paulo Fagundes, "A Inserção da China na Ásia e a Transformação Estratégica da Região" in PROCÓPIO, Argemiro, org., *O Século da China*, Curitiba, Juruá, 2010, pp. 14-15.

## **3. Journal Article**

- 1) \* LAST NAME (in small caps) and Author's First Name (s),
- 2) \* "Title of Article or Chapter" (in quotes),
- 3) \* Journal Title (in italics),
- 4) \* volume and issue number,
- 5) \* date,
- 6) \* page range.

**Example:**

a) in the reference list

VELÁZQUEZ, Victor Hugo Tejerina, "Alguns Aspectos da Função Social da Propriedade no Novo Código Civil", *Revista Autônoma de Direito Privado*, v. 1, set. 2006.

b) in the footnotes

VELÁZQUEZ, Victor Hugo Tejerina, "Alguns Aspectos da Função Social da Propriedade no Novo Código Civil", *Revista Autônoma de Direito Privado*, v. 1, set. 2006, p. 52.

## **Umberto Eco/EU Standard**

Reference: ECO, Umberto, *Como Se Faz Uma Tese Em Ciências Humanas*, 13 ed., Barcarena, Editorial Presença, 2007. Trad. Ana Falcão Bassos e Luís Leitão. pp. 101-102.

## **7.ABOUT THE ARTICLE REVIEW**

The CONSINTER Editorial Board analyzes the scientific articles, formed only by renowned Doctors and Post-Doctors, jurists, Brazilian, and foreigners, especially invited. The scientific papers will be evaluated by the double-blind review system, in which two CONSINTER members of the board will determine the works without any authorship identification. The assessment of scientific articles by anonymous authors guarantees the impartiality of judgment and decreases subjectivity and ideological preferences.

This way, authors must avoid direct references to themselves and citations that make it possible to extract its authorship from the reading of the text.

If the scientific article is accepted by one of the CONSINTER members and failed by another, the text, at the Director Council suggestion, can be subjected to a third-party assessment.

a) The content of the scientific articles is the authors' full responsibility, and after subjected to assessment, cannot go through any changes or replacements, except if requested by the Editorial Board;

b) Plagiarism or the insertion of verbatim copies are not allowed.

## **INTERNATIONAL COUNCIL OF CONTEMPORARY IN POST-GRADUATE STUDIES CONSINTER – CONSELHO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS EM PÓS-GRADUAÇÃO**

### **Executive Coordination**

Ivan Winters

Marcia Teixeira

contato@consinter.org

www.consinter.org

<https://revistaconsinter.com/en/edicoes-anteriores/>

### **INDEXERS**

- Latindex
- Diadorim
- Sumários.org
- REDIB
- CAPES
- DOAJ
- LivRe
- Google Scholar
- Cite Factor
- Tribunal Superior Eleitoral
- RVBI
- CROSSREF member

## **POLÍTICA EDITORIAL DO CONSINTER**

### **Conselho Internacional de Estudos Contemporâneos em Pós-Graduação**

#### **FOCO – ESCOPO**

A missão da Revista Internacional CONSINTER de Direito é:

a) promover a autonomia individual através do conhecimento e da cultura para que, de forma construtiva e integradora, o indivíduo possa alavancar o seu próprio destino e, conseqüentemente, o da sociedade em geral;

b) integrar os acadêmicos de diversas Universidades nacionais e estrangeiras proporcionando crescimento na produção científicas de valor nos mais diversos países.

Tais desideratos serão instrumentalizados através da realização de encontros periódicos onde os participantes poderão interagirem entre si, além de ser facultado a cada um a apresentação oral da sua contribuição científica inédita, bem como divulgar seu trabalho via publicações físicas e digitais, tanto na Europa quanto no Brasil.

Deste modo, o CONSINTER pretende impulsionar a democratização do saber, a interação entre povos e a consolidação do desenvolvimento, pois no seu ver, a soma das contribuições procedentes de diferentes culturas jurídicas permitirá a superação dos atuais limites impostos pela geografia e a economia, ampliando em muito o conhecimento, a par de favorecer reflexões individuais comprometidas com os valores e princípios vetores que orientam a civilização contemporânea.

#### **POLÍTICA DE ACESSO LIVRE**

Com a finalidade de ultrapassar barreiras físicas, o CONSINTER – Conselho Internacional de Estudos Contemporâneos em Pós-Graduação oferece acesso livre imediato ao conteúdo publicado na Revista Internacional CONSINTER de Direito, seguindo o princípio da disponibilização gratuita do conhecimento científico, promovendo um intercâmbio do mesmo.

Acesse <https://revistaconsinter.com/edicoes-anteriores/> e tenha acesso gratuito à íntegra dos mais de 240 artigos publicados pelo CONSINTER em edições anteriores.

#### **PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS**

a) Os artigos científicos serão analisados pelo Corpo de Pareceristas do CONSINTER, formado somente por renomados juristas Doutores e Pós-Doutores, nacionais e estrangeiros, especialmente convidados;

b) Os artigos científicos serão avaliados pelo sistema *double blind review*, no qual dois Pareceristas do CONSINTER avaliarão os trabalhos sem nenhuma identificação de autoria;

c) A apreciação inominada dos artigos científicos afiança a imparcialidade do seu julgamento, diminui a subjetividade e as preferências ideológicas;

d) Em caso de divergência entre os avaliadores, o artigo científico será submetido a um terceiro Parecerista para que a divergência possa ser sanada;

e) Os Pareceristas do CONSINTER utilizarão os critérios de avaliação indicados abaixo para avaliação do artigo científico submetido, devendo mensurá-los considerando as seguintes variáveis: Inadequado, Regular, Bom, Ótimo e Excelente:

- O artigo é adequado ao escopo e foco da Revista CONSINTER?
- O título do artigo representa o menor resumo do seu conteúdo?
- O resumo descreve o objetivo, referencial teórico e método utilizados, principais resultados e conclusões?
- Estruturação do texto
- Gráficos, tabelas, quadros

- Objetivos
  - Marco teórico
  - Metodologia / procedimentos metodológicos
  - Resultados / Discussão
  - Considerações finais ou Conclusão
  - Mérito
  - O tema é atual?
  - O trabalho é original?
  - O artigo contribui efetivamente para o avanço do conhecimento?
- f) Os artigos poderão receber um dos seguintes resultados de avaliação:
- Aceito para publicação sem restrições;
  - Aceito, para publicação sob condições, com correções obrigatórias;
  - Com correções obrigatórias;
  - Recusado.
- g) O processo de avaliação e publicação costuma levar de 7 a 10 meses.

### **PERIODICIDADE**

A Publicação da Revista Internacional CONSINTER de Direito é Semestral.

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Ano I – Número I – 2º Semestre 2015 –  
Direito e Justiça – Aspectos Atuais e Problemáticos

**Publicado em:** 13.10.2015

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Ano II – Número II – Efetividade do Direito

**Publicado em:** 12.09.2016

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Ano II – Número III – Protección de los  
Derechos Fundamentales en un Contexto Global

**Publicado em:** 16.12.2016

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Ano III – Número IV – Derecho ante los  
Desafíos de la Globalización

**Publicada em:** 30.06.2017

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Ano III – Número V – Derecho ante los  
Desafíos de la Globalización

**Publicada em:** 22.12.2017

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Ano IV – Número VI – 1º Semestre 2018  
– Estudos Contemporâneos

**Publicada em:** 29.06.2018

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Ano IV – Número VII – 2º Semestre 2018  
– Estudos Contemporâneos

**Publicada em:** 19.12.2018

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Ano V – Número VIII – 1º Semestre 2019  
– Estudos Contemporâneos

**Publicada em:** 28.06.2019

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Ano V – Número IX – 2º Semestre 2019 –  
Estudos Contemporâneos

**Publicada em:** 18.12.2019

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Ano VI – Número X – 1º Semestre 2020 –  
Estudos Contemporâneos

**Publicada em:** 30.06.2020

## **DIRETRIZES PARA PUBLICAÇÃO**

### **AUTORES:**

**Ineditismo do Artigo:** Cabe ao autor garantir que se trata de artigo científico inédito.

**Originalidade:** os autores são totalmente responsáveis pelo conteúdo (legalidade e autoria) do artigo e garantem sua autenticidade, responsabilizando-se civil e criminalmente por qualquer comentário e/ou opiniões que venham a fazer e que possam vir a caracterizar infração a direito de terceiros, à legislação de imprensa, ao Código de Defesa do Consumidor ou a qualquer outra legislação em vigor, além de responsabilizar-se pelo conteúdo disponibilizado na publicação ou qualquer outro material confeccionado, incluindo, mas não se limitando ao plágio e à veracidade das informações ali contidas.

**OBS.** As opiniões dos autores contidas nesta obra não representam necessariamente o entendimento e compreensão do CONSINTER, da Juruá Editora Ltda ou da Editorial Juruá Lda ou do seu Corpo de Pareceristas ou membros do Conselho Editorial.

**Autoria do Artigo:** No artigo científico devem constar os nomes de todos aqueles que fizeram uma contribuição significativa para a concepção, projeto, execução ou interpretação do estudo relatado, devendo ser enviado juntamente com o artigo, o formulário de direitos autorais preenchido e assinado por todos os autores.

**Decisão de publicação:** Ficará a critério do Comitê Organizador a indicação e o número da Revista ou do livro do CONSINTER em que o artigo avaliado e aprovado será liberado para publicação, segundo as Diretrizes de Publicação e observando as normas de técnicas de qualificação.

**Igualdade entre Participantes:** Os manuscritos submetidos serão recebidos igualmente, sem levar em conta raça, sexo, orientação sexual, crença religiosa, origem étnica, nacionalidade ou filosofia política dos autores, consubstanciado pela política de avaliação às cegas.

**Confidencialidade:** Em respeito ao princípio da impessoalidade, os pareceres exarados pelo Conselho Editorial do CONSINTER são sigilosos.

### **PARECERISTAS:**

**Qualificação dos Pareceristas:** Os artigos científicos serão analisados pelo Corpo de Pareceristas do CONSINTER, formado exclusivamente por juristas Doutores e Pós-Doutores, nacionais e estrangeiros, especialmente convidados.

**Sistema de avaliação de Artigos Científicos:** Os artigos científicos serão avaliados pelo sistema *double blind review*, no qual dois Pareceristas do CONSINTER avaliarão os trabalhos sem nenhuma identificação de autoria. A apreciação inominada dos artigos científicos afiança a imparcialidade do seu julgamento, diminui a subjetividade e as preferências ideológicas.



Ainda, em caso de divergência de pareceres e/ou se constatadas opiniões dissonantes, o texto, ao melhor alvitre do conselho diretivo, poderá ser submetido à apreciação de um terceiro Parecerista.

**Padrões de objetividade:** Os pareceres devem ser conduzidos de forma objetiva. Os pareceristas devem expressar seus pontos de vista de maneira clara e apoiados em argumentos.

### **CONSINTER**

Todos os artigos são avaliados por pares para garantir a qualidade da publicação científica.

Este periódico utiliza o sistema de verificação de plágio – *Plagius Detector*.

**OBS.** Não obstante a política de cuidado e zelo do CONSINTER, submetendo todos os artigos publicados à verificação do plágio, a autoria, legalidade e autenticidade do artigo é de exclusiva responsabilidade dos autores.

### **CUSTOS PARA SUBMISSÃO DO ARTIGO CIENTÍFICO**

Por ser uma Instituição sem fins lucrativos, o CONSINTER tem os custos de publicação subsidiados através dos recursos oriundos das taxas de inscrições realizadas e pelos autores participantes, bem como de eventuais apoiadores que desejem vincular seu nome junto aos eventos patrocinados pelo CONSINTER.

### **POLÍTICA DE LICENCIAMENTO**

Para fins da universalização e compartilhamento livre dos saberes a Revista do CONSINTER está indexada sob a Licença *Creative Commons 3.0*

Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil.

É permitido:

- Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- Criar obras derivadas

Sob as seguintes condições:

### **ATRIBUIÇÃO**

Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.

### **USO NÃO COMERCIAL**

Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.

### **COMPARTILHAMENTO PELA MESMA LICENÇA**

Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, você somente poderá distribuir a obra resultante sob uma licença idêntica a esta.

Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outro, os termos da licença desta obra.

Licença Jurídica (licença integral):

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/legalcode>

### **INDEXAÇÃO**

A Revista Internacional CONSINTER de Direito está indexada em base de dados nacionais e internacionais como: Google Scholar, Latindex, Sumários.org, Redib, Diadorim, CiteFactor, Tribunal Superior Eleitoral e RVBI e é membro da CROSEF.

## **CONSINTER'S EDITORIAL POLICY**

### **International Council for Contemporary Studies in Graduate Studies**

#### **FOCUS – SCOPE**

The mission of the CONSINTER International Law Journal is:

- a) promote individual autonomy through knowledge and culture so that, in a constructive and integrative way, the individual can leverage his destiny and, consequently, of the society in general;
- b) integrate scholars from different national and foreign Universities providing value growth in scientific production within the most diverse countries.

Such desideratum will be instrumentalized by periodic meetings, where participants will be able to interact with each other. Also, each one will have the opportunity of an oral presentation of their unprecedented scientific contribution, as well as disseminating their work via physical and digital publications, both in Europe and in Brazil.

In this way, CONSINTER intends to boost the democratization of knowledge, the interaction between peoples and the consolidation of development, since in its view, the sum of contributions from different legal cultures will allow the current limits imposed by geography, and the economy to be overcome, expanding much knowledge. In addition to that, it will favor individual reflections committed to the values and principles that guide contemporary civilization.

#### **FREE ACCESS POLICY**

To overcome physical barriers, CONSINTER – International Council for Contemporary Studies in Graduate Studies offers immediate free access to the content published in the CONSINTER International Law Journal, following the principle of making scientific knowledge available free of charge, promoting its exchange.

Access <https://revistaconsinter.com/en/edicoes-anteriores/> and get free full access to more than 240 articles published by CONSINTER in previous editions.

#### **SCIENTIFIC ARTICLES ASSESSMENT PROCESS**

- a) The scientific articles shall be analyzed by the CONSINTER Body of Opinion, formed only by renowned specially invited Ph.D. jurists and Post-Doctorates, national and foreign;
- b) Scientific papers shall be evaluated by the double-blind review system, in which two CONSINTER Partners will assess the works without any authorship identification;
- c) The innominate assessment of the scientific articles guarantees the impartiality of his/her judgment, decreases subjectivity and ideological preferences;
- d) In case of divergence between the evaluators, the scientific article shall be submitted to a third Reviewer so that the divergence can be resolved;
- e) CONSINTER's Partners shall use the evaluation criteria indicated below to evaluate the submitted scientific article, and will measure them considering the following variables: Inappropriate, Regular, Good, Great, and Excellent:
  - Is the article appropriate to the scope and focus of the CONSINTER Journal?
  - Does the title of the paper represent the smallest summary of its content?
  - Does the summary describe the objective, theoretical framework, and methods, main results, and conclusions used?
  - Text structuring
  - Graphs, tables, charts

- Objective
  - Theoretical framework
  - Methodology/methodological procedures
  - Results/Discussion
  - Final considerations or Conclusion
  - Merit
  - Is the topic current?
  - Is the work original?
  - Does the article effectively contribute to the advancement of knowledge?
- f) Articles may receive one of the following evaluation results:
- Accepted for publication without restrictions.
  - Accepted for publication under conditions, with mandatory corrections.
  - With mandatory corrections.
  - Declined..
- g) The evaluation process usually takes 7 to 10 months.

### **PERIODICITY**

The publication of the CONSINTER International Law Journal is semiannual.

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Year I – Number I – 2nd Semester 2015 – Direito e Justiça – Aspectos Atuais e Problemáticos

**Published in:** 13.10.2015

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Year II – Number II – 1st Semester – Effectiveness of Law

**Published in:** 12.09.2016

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Year II – Number III – Protection of Fundamental Rights in a Global Context

**Published in:** 16.12.2016

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Year III – Number IV – Law before the Globalization Challenges

**Published in:** 30.06.2017

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Year III – Number V – Law before the Globalization Challenges

**Published in:** 22.12.2017

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Year IV – Number VI – 1st Semester 2018 – Contemporary Studies – 1º Semestre 2018 – Estudos Contemporâneos

**Published in:** 29.06.2018

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Year IV – Number VII – 2nd Semester 2018 – Contemporary Studies

**Published in:** 19.12.2018

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Year V – Number VIII – 1st Semester 2019 – Contemporary Studies

**Published in:** 28.06.2019

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Year V – Number IX – 2nd Semester 2019 – Contemporary Studies

**Published in:** 18.12.2019

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Year VI – Number X – 1st Semester 2020 – Contemporary Studies

**Published in:** 30.06.2020

## **PUBLICATION GUIDELINES**

### **AUTHORS:**

**Originality of the Article:** It is up to the author to ensure that this is an unpublished scientific article.

**Originality:** the authors are fully responsible for the content (legality and authorship) of the article and guarantee its authenticity, being civilly and criminally responsible for any comments and/or opinions they may make and which may characterize infringement of the rights of third parties, press legislation, the Consumer Protection Code or any other law in force, in addition to being responsible for the content made available in the publication or any other material made, including, but not limited to, plagiarism and the integrity of the information contained therein.

**NOTE.** The authors' opinions in this work do not necessarily represent the understanding and comprehension of CONSINTER, of Juruá Editora Ltda, or of Editorial Juruá Lda, its Reviewers Board or members of the Editorial Board.

**Authorship of the Article:** The scientific article must include the names of all those who made a significant contribution to the conception, project, execution, or interpretation of the reported study, and the copyright form must be completed and signed by all authors together with the paper.

**Publishing decision:** It shall be at the discretion of the Organizing Committee the designation and the number of the Journal or CONSINTER book in which the evaluated and approved article shall be released for publication, according to the Publication Guidelines and observing the qualification techniques rules.

**Equality between Participants:** The submitted manuscripts shall also be received without regard to race, sex, sexual orientation, religious belief, ethnic origin, nationality, or political philosophy of the authors, substantiated by the blind evaluation policy.

**Confidentiality:** Concerning the principle of impersonality, the opinions issued by the CONSINTER Editorial Board are confidential.

### **REFEREES:**

**Qualification of Referees:** Scientific articles shall be analyzed by the CONSINTER Body of Opinion, formed exclusively by specially invited, national and foreign jurists, PhDs, and post-doctorates.

**Scientific Articles evaluation system:** Scientific papers shall be evaluated by the double-blind review system, in which two CONSINTER Referees will evaluate the works without any authorship identification. The innominate assessment of the scientific articles guarantees the impartiality of his/her judgment, decreases subjectivity and ideological preferences.

Also, in case of opinions divergence and/or if discordant views are found, at the best suggestion of the board of directors, the text may be submitted to a third Referee appreciation.

**Standards of objectivity:** Opinions must be conducted objectively. The referees must express their points of view clearly and supported by arguments.

### **CONSINTER**

Our articles are peer-reviewed to ensure the quality of the scientific publication.

This journal uses the Plagius Detector plagiarism verification system.

**NOTE.** Despite CONSINTER's care and zeal policy, submitting all published articles to plagiarism verification, the authorship, legality, and authenticity of the paper is the sole responsibility of the authors.

### **COSTS FOR SUBMISSION OF SCIENTIFIC ARTICLE**

As a non-profit institution, CONSINTER has its publication costs subsidized through resources from registration fees and by participating authors, as well as any supporters who wish to link their name to events sponsored by CONSINTER.

### **LICENSING POLICY**

For universalization and free sharing of knowledge, CONSINTER Journal is indexed under the Creative Commons 3.0 License

Attribution – Non-Commercial Use – Sharing by the same 3.0 Brazil license.

It's allowed:

- Copy, distribute, display and execute the work
- Create derivative works

Under the following conditions:

### **ATTRIBUTION**

You must give credit to the original author, as specified by the author or licensor.

### **NON-COMMERCIAL USE**

You may not use this work for commercial purposes.

### **SHARING BY THE SAME LICENSE**

If you change, transform, or create another work based on it, you may only distribute the resulting work under a license identical to this one.

For each new use or distribution, you must make clear to others the license terms for this work.

Legal License (full license):

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/legalcode>

### **INDEX**

The CONSINTER International Law Journal is indexed in national and international databases such as Google Scholar, Latindex, Sumários.org, Redib, Diadorim, CiteFactor, Superior Electoral Court, and RVBI and is a member of CROSEF.

## CORPO DE PARECERISTAS

### **Adel El Tasse**

Mestre e Doutor em Direito Penal. Advogado em Curitiba. Procurador Federal. Professor na Escola da Magistratura do Estado do Paraná. Professor do CERS. Coordenador no Paraná da NEACCRIM.

### **Adriano Marteleto Godinho**

Doutor em Direito pela Universidade de Lisboa – Portugal e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Advogado. Professor do PPGD do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa – PB.

### **Albert Pastor Martínez**

Doutor e Mestre em Direito pela Universitat Autònoma Barcelona – Espanha. Professor Agregado Direito do Trabalho do Trabalho Seguridade Social da Universitat Autònoma de Barcelona – Espanha.

### **Alejandro Menéndez Moreno**

Professor Agregado Direito do Trabalho do Trabalho Seguridade Social da Universitat Autònoma de Barcelona.

### **Alessandra Lehmen**

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Mestre (LL.M.) em Direito Ambiental pela Stanford Law School. Advogada habilitada em Porto Alegre – RS – Brasil e em Nova Iorque.

### **Almir Santos Reis Junior**

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor adjunto dos cursos de Direito da Universidade Estadual de Maringá – UEM – PR e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Maringá – PR.

### **Aloisio Khroling**

Pós-Doutor em Filosofia Política pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Doutor em Filosofia pelo Instituto Santo Anselmo em Roma – Itália, reconhecido como PH.D em Filosofia pela UFES. Mestre em Teologia e Filosofia pela Universidade Gregoriana – Roma – e em Sociologia Política pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Professor Titular na Graduação e no Mestrado da Faculdade de Direito de Vitória – FDV, Vitória – ES.

### **Ana Barbuda Ferreira**

Doutora em Direito pela Universidade Federal da Bahia – UFBA e Mestre em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador – UCSal. Professora na Universidade Católica do Salvador – UCSal, Salvador – BA.

### **Ana Rachel Freitas da Silva**

Doutora e Mestre em Direito das Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília – UniCeub. Professora no Centro Universitário de Brasília – UniCeub, Brasília – DF.

### **André Folloni**

Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR e Mestre pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Advogado. Professor no PPGD da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Curitiba – PR.

### **Andréia Macedo Barreto**

Pós-Doutorado pelo Ius Gentium Conimbrigae, Centro de Direitos Humanos, sediado na Universidade de Coimbra – Portugal. Doutora e Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém – PA. Defensora pública do Estado do Pará.

### **Andreza Cristina Baggio**

Doutora em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Professora da Graduação e do PPGD na UNICURITIBA e UNINTER, Curitiba – PR.

### **Antonio Armando Ulian do Lago Albuquerque**

Doutor em Ciência Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Mestre em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professor Efetivo da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Cáceres – MT e da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá – MT.

### **Antônio Carlos Efing**

Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Curitiba – PR.

### **Antônio César Bochenek**

Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra. Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Professor da ESMAFE/PR.

### **Antonio Maria Javato Marín**

Professor Titular de Derecho Penal – Universidad de Valladolid.

### **Antônio Pereira Gaio Júnior**

Pós-Doutorado em Direito pela Universidade de Coimbra – Portugal e em Democracia e Direitos Humanos pelo Ius Gentium Conimbrigae – Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Portugal. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho. Professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro – RJ.

**Antônio Veloso Peleja Júnior**

Doutor em Direito pela PUC-SP. Professor Efetivo na Graduação e Pós-Graduação 'Stricto Sensu' da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT. Juiz de Direito do TJMT, dedicando especial atenção nos seguintes temas: Direito Processual Constitucional, Direito Processual Civil, Direito Constitucional e Direito Eleitoral.

**Aparecida Turolo Garcia (Ir. Jacinta)**

Doutora em Filosofia pela Universidade Urbaniana – Roma – Itália. Professora da Universidade do Sagrado Coração – UNISAGRADO, Bauru – SP.

**Argelia Queralt Jiménez**

Doutora pela Universitat de Barcelona. Professora de Direito Constitucional da Universitat Barcelona – Espanha.

**Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy**

Pós-Doutorado em Direito Comparado na Universidade de Boston, em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS, em Literatura e em História do Direito pela Universidade de Brasília – UnB. Doutor e Mestre em Filosofia do Direito e do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Livre docente em Teoria Geral do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP.

**Artur Stamford da Silva**

Doutor em Teoria, Filosofia e Sociologia do Direito e Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – PE.

**Augusto Martinez Perez**

Doutor em Direito do Estado e Mestre em Direito Penal pela Universidade de São Paulo – USP. Juiz Federal. Professor Titular da Universidade de Ribeirão Preto – UNIP, Ribeirão Preto – SP.

**Bruno César Lorencini**

Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo – USP e Doutor em Direito Processual, Administrativo e Financeiro pela Universidade de Salamanca – Espanha. Juiz Federal. Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor do PPGD da Faculdade Alves Faria – ALFA, São Paulo – SP.

**Bruno Gomes Borges da Fonseca**

Pós-Doutor em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e Pós-doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG. Doutor e Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória – FDV. Procurador do Trabalho. Professor da graduação e pós-graduação da Faculdade de Direito de Vitória – FDV, do Programa de

mestrado Profissional da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e da Pós-graduação da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, Vitória – ES.

**Bruno Sena Martins**

Doutor em Grupo de Estudos Anglo-Americanos pela Universidade de Coimbra. Professor da Universidade de Coimbra – Portugal.

**Candido Furtado Maia Neto – In Memoriam**

Pós-Doutor em Direitos Humanos. Doutor em Direito. Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná.

**Carina Barbosa Gouvêa**

Pós-Doutora em Direito Constitucional – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá – UNESA. Professora do Programa de Pós PPGD da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – PE.

**Carina Costa de Oliveira**

Pós-Doutora pela University of Cambridge – Cambridge Centre for Environment, Energy and Natural Resource Governance – CEENRG, Doutora em Direito Internacional na Universidade Paris II-Panthéon Assas e Mestre Direito Internacional pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Professora adjunta da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, Brasília – DF.

**Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho**

Doutor em Direito Civil e Mestre em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professor Titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro – RJ.

**Carlos Magno de Souza Paiva**

Doutor em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas e Mestre em Direito Público pela Universidade de Coimbra – Portugal. Professor Adjunto do Departamento de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto – MG.

**Carlos Marden**

Doutor em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas e Mestre em Ordem Jurídica Constitucional, especialista em Processo Civil e graduado em Direito pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Procurador Federal. Professor da Escola Superior Dom Helder Câmara – Belo Horizonte – MG.

**Carlos Roberto Bacila**

Pós-Doutor pela Universidade de Ottawa – Canadá. Doutor em Direito Penal pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor de Criminologia, Direito Penal e Direito e Cinema da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba – PR.

**Carlos Roberto de Alckmin Dutra**

Doutor e Mestre em Direito pela Universidade de São Paulo – USP. Professor na Universidade Carlos Drummond de Andrade, São Paulo – SP.

**Carlyle Popp**

Doutor em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Membro do Instituto dos Advogados do Paraná e da Academia Paranaense de Letras Jurídicas. Professor Universitário Faculdades Integradas Curitiba, Curitiba – PR.

**Cibeles Fernandes Dias**

Doutora e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora de Direito Constitucional da Faculdade de Educação Superior do Paraná – FESP e da Escola da Magistratura Federal do Paraná – ESMAFE, Curitiba – PR.

**Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida**

Doutora e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora das Escolas Superiores da Magistratura, do Ministério Público, da OAB. Professora – Mestrado do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, São Paulo – SP.

**Coral Aranguena Fanego**

Catedrática de Derecho Procesal – Universidad de Valladolid.

**Cristiane Farias Rodrigues dos Santos**

Doutora em Direito pela Faculdade de Direito Universidade de São Paulo – FADUSP. Juíza Federal. Pesquisadora FADUSP – Políticas Públicas e Poder Judiciário.

**Cristiane Vieira Jaccoud do Carmo Azevedo**

Pós-Doutoranda no Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense – UFF, Doutora pela COPPE – UFRJ e Mestre pela Universidade Católica de Santos – UNISANTOS, Santos – SP. Advogada. Professora da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, Escola Superior de Advocacia Pública do Estado do Rio de Janeiro – ESAP, Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – ESAJ TJRJ, na Universidade Cândido Mendes – UCAM e na Escola Superior de Advocacia – ESA da OAB-RJ.

**Cristiano Becker Isaia**

Pós-Doutor e Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professor do PPG Direito da Universidade Federal de Santa Maria RS – UFSM, Santa Maria – RS.

**Cristina Guilarte Martín-Calero**

Catedrática de Derecho Civil – Universidad de Valladolid.

**Cristina Roy Pérez**

Doutora em Direito. Professora de Direito Mercantil da Universitat Barcelona – Espanha.

**Danielle de Andrade Moreira**

Doutora e Mestre em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professora Adjunta da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RIO, Coordenadora do Grupo de Pesquisa – JUMA do NIMA/PUC-Rio, Rio de Janeiro – RJ.

**Deilton Ribeiro Brasil**

Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pelo IGC CDH da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Portugal, Doutor em Estado e Direito: Internacionalização e Regulação pela Universidade Gama Filho – RJ e Mestre pela Faculdade de Direito Milton Campos de Belo Horizonte – MG. Professor da Graduação e do PPGD da Universidade de Itaúna – UIT, Itaúna – MG e das Faculdades Santo Agostinho – FASA, Montes Claros – MG.

**Denise Hammerschmidt**

Pós-Doutora e Doutora em Direito e Ciência Política pela Universidade de Barcelona – Espanha. Juíza. Professora Licenciada da Faculdade Curitiba e Professora Visitante do Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Norte Pioneiro – UENP, Jacareizinho – PR.

**Dhenis Cruz Madeira**

Doutor, Mestre e especialista em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas. Professor Adjunto dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas e da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora – MG.

**Diego Nassif da Silva**

Doutor e Mestre em Ciência Jurídica pela UENP. Professor universitário. Analista judiciário na Justiça Federal do Paraná (TRF4).

**Dilson Jatahy Fonseca Neto**

Doutor em Direito Civil e Mestre em Direito Romano e Sistemas Jurídicos Contemporâneos pela Universidade de São Paulo – USP, bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia – UFB, Salvador – BA, Pós-graduado em Direito Tributário pelo IBET, São Paulo – SP.

**Douglas Henrique Marins dos Santos**

Doutor em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP e Mestre em Direito pela Universidade do Porto – Portugal. Professor no Centro Universitário do Programa de Mestrado do Instituto de Educação Superior de Brasília IESB-DF, Brasília – DF.



**Eder Bomfim Rodrigues**

Pós-Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Doutor e Mestre em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas. Advogado. Professor dos Cursos de Graduação da Faculdade Minas Gerais e da Universidade Presidente Antônio Carlos – Campus Nova Lima – MG.

**Edgardo Torres**

Juiz-Presidente da Segunda Divisão Civil da Corte Superior de Lima Norte – Peru. Trabalha na Oficina de Controle da Magistratura – OCMA, como Adjunto na Unidade de Investigação e anticorrupção.

**Edilene Lôbo**

Doutora em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas e Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Advogada. Professora do Mestrado e da Graduação em Direito pela Universidade de Itaúna – UIT, Itaúna – MG.

**Eduardo Biacchi Gomes**

Pós-Doutor em Estudos Culturais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Advogado. Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR e Professor Adjunto do Curso de Direito UNINTER – Curitiba – PR.

**Eduardo Molan Gaban**

Doutor em Direito Constitucional e Econômico pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e New York University, como Visiting Fulbrighter. Professor Doutor da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP.

**Eduardo Saldanha**

Pós-Doutor em Direito pela Fordham USA, Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo – USP e Mestre em Direito Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, da UNIVALI, Itajaí – SC e da Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina – PR.

**Elena Palomares**

Doutora em Direito. Professora Associada Direito Civil da Universitat de Barcelona – Espanha.

**Eneida Lima de Almeida**

Doutora em Direito do Trabalho pela Universidade de Salamanca – Espanha. Membro integrado do Instituto Jurídico Português – Portugal e do Centro de Estudios de la Mujer – CEMUSA – Espanha.

**Erick Cavalcanti Linhares**

Pós-Doutor em Direitos Humanos e Democracia pela Universidade de Coimbra, Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB. Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Roraima. Professor na Universidade Estadual de Roraima – UERR, Boa Vista – RR.

**Érika Bechara**

Doutora e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora de Direito Ambiental nos cursos de graduação e pós-graduação em Direito Ambiental da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, Professora de Direito Ambiental e Direito do Consumidor na graduação da Faculdade de Direito de Sorocaba, Sorocaba – SP.

**Everton das Neves Gonçalves**

Doutor em Direito Econômico pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e em Derecho Internacional pela Universidad de Buenos Aires, UBA-Bs. As – Argentina, Mestre pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC-SC. Professor Associado do Departamento de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Professor do Curso de Especialização em Direito Empresarial na UNESCO, Criciúma – SC.

**Everton Luiz Zanella**

Doutor em Processo Penal (PUC-SP). Mestre em Direito Penal (PUC-SP). Professor da Universidade Mackenzie e da Escola Superior do Ministério Público. Professor Convidado de cursos de Pós-Graduação. Promotor de Justiça (MPSP).

**Fábio Carvalho Leite**

Doutor em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e Mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado e graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Professor de Direito Constitucional em cursos de graduação, mestrado e doutorado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Rio de Janeiro – RJ.

**Fábio Resende Leal**

Doutor pela Instituição Toledo de Ensino – ITE-Bauru. Professor Adjunto da Universidade Paulista – UNIP, São Paulo – SP. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP, São Paulo – SP.

**Fabrizio Veiga Costa**

Pós-Doutorado em Educação (UFMG). Doutorado em Direito (PUC-Minas). Professor do Mestrado e Doutorado em Proteção dos Direitos Fundamentais da Universidade de Itaúna, Minas Gerais, Brasil.

**Felipe Chiarello de Souza Pinto**

Doutor e Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor Titular da Faculdade de Direito e do Programa de mestrado e doutorado e Membro da Academia Mackenzista de Letras. Professor Colaborador do PPGD da Universidade de Passo Fundo – UPF, Passo Fundo – RS.

**Felipe Dutra Asensi**

Pós-Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos pelo IESP UERJ, Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. Advogado. Professor de mestrado e doutorado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Universidade Católica de Petrópolis – UCP e Universidade Santa Úrsula – USU.

**Fernanda Ivo Pires**

Doutora e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Advogada. Pesquisadora. Professora dos cursos de Pós-graduação da UCSal e da Unifacs, Professora do Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge, Salvador – BA e da Faculdade Social da Bahia, Salvador – BA.

**Fernando Gaburri**

Doutor em Direitos Humanos pela Universidade de São Paulo – USP e Mestre em Direito Civil Comparado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN, Natal – RN.

**Fernando Gustavo Knoerr**

Doutor, Mestre em Direito do Estado e Bacharel pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor do Programa de mestrado do Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA, Professor da Escola da Magistratura do Paraná e da Fundação Escola do Ministério Público do Paraná, Curitiba – PR.

**Fernando Machado**

Doutor em Direito Constitucional pela Instituição Toledo de Ensino – ITE Bauru e Mestre em Direito Processual pela Universidade Paranaense – UNIPAR. Assessor Jurídico da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Professor no Centro Universitário da Grande Dourados – UNI-GRAN, Dourados – MS.

**Fernando René Graeff**

Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS com ênfase em Direito Civil, Direito de Família e Direito das Sucessões.

**Fernando Rister de Souza Lima**

Doutor em Filosofia do Direito e do Estado pela Faculdade de Direito da PUC-SP, com Estágio Doutoral sanduíche na Università degli Studi di Macerata – Itália. Professor Doutor Período Integral – PPI da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo – SP.

**Fernando Sérgio Tenório de Amorim**

Pós-Doutor em Direito pela Université de Montréal, Canadá – CRDP. Doutor e Mestre em Direito Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Procurador Judicial da Procuradoria-Geral do Município de Maceió. Coordenador da Graduação e da Pós-graduação *La To Sensu* do Curso de Direito do Centro Universitário CESMAC, Maceió – AL.

**Fladimir Jerônimo Belinati Martins**

Doutor em Direito (Sistema Constitucional de Garantia de Direitos) pelo ITE-Bauru e graduado em Odontologia pela Universidade Estadual de Londrina. Juiz Federal. Professor no Centro Universitário Toledo, Presidente Prudente – SP.

**Flávia Pereira Ribeiro**

Doutora em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, especialista em Direito Imobiliário, Execução Civil e Desjudicialização. Advogada. Professora em Cursos de Processo Civil na Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo – SP.

**Francisco Bissoli Filho**

Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Procurador de Justiça do Ministério Público catarinense. Professor Adjunto de Direito Penal e Processual Penal da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC.

**Francisco Glauber Pessoa Alves**

Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Magistrado. Professor de Pós-graduação, Secretário-Geral do Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP, Rio Grande do Norte. Membro da Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo – ANNEP, do Instituto Potiguar de Direito Processual Civil – IPPC e da Associação de Ciências Jurídicas e Sociais de Mossoró – ACJUS, Mossoró – RN.

**Frederico Valdez Pereira**

Doutor em Processo Penal pela Università degli Studi di Pavia – Itália, com período de cotutela no Doutorado em Ciências Criminais da PUC-RS, Mestre em Direito pela Universidade de Lisboa – Portugal e Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS. Juiz Federal. Professor na Escola Superior da Magistratura Federal do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves – RS

**Fulvia Helena de Gioia**

Doutora em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Teoria do Estado, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Coordenadora Adjunta de Pesquisa e TCC e Professora na graduação na Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professora convidada da pós-graduação lato-sensu da Escola Paulista de Direito – EPD, São Paulo – SP.

**Gina Vidal Marcílio Pompeu**

Pós-Doutora em Direito pela Universidade de Lisboa – Portugal, Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e Mestre pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Advogada. Coordenadora e Professora do PPGD da Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Fortaleza – CE.

**Giselle Marques de Araújo**

Doutora em Direito pela Universidade Gama Filho, convalidado pela Universidade Veiga de Almeida. Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho. Professora de Direito Público da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campo Grande – MS.

**Giuliana Redin**

Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Coordenadora do MIGRAIDH, Santa Maria – RS.

**Gonçalo S. de Melo Bandeira**

Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Portugal e pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Advogado. Professor na Escola Estatal Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave – Portugal.

**Gursen de Miranda**

Doutor em Direito na Universidade Clássica de Lisboa – Portugal e Mestre em Direito Agrário na Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia – GO. Professor Decano da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Roraima – UFRR, Boa Vista – RR.

**Ingo Wolfgang Sarlet**

Doutor em Direito pela Ludwig Maximilians Universität München. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS, Professor Titular da Faculdade de Direito e dos Programas de Mestrado e Doutorado em Direito e em Ciências Criminais da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS.

**Inmaculada García Presas**

Doutora em Direito. Professora de Derecho Civil de la Universidad de A Coruña – Espanha.

**Isaac Sabbá Guimarães**

Doutor em Direito pela Università Degli Studi di Perugia – Itália, Doutor pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI e Mestre pela Universidade de Coimbra – Portugal. Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina. Professor convidado da Escola do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Balneário Camboriú – SC.

**Isaar Soares de Carvalho**

Doutor em Filosofia pela UNICAMP. Pós-Doutor em Letras Clássicas e Vernáculas (USP). Experiência de 25 anos no Ensino Superior. Professor Substituto no IFCH – UNICAMP em 2013. Professor na UEMG – Campus de Frutal-MG, dedicando especial atenção nos seguintes temas: Filosofia, Filosofia e Teoria Política, Ética, Teologia, Teodicéia, Religião, Filosofia da Educação e Filosofia do Direito.

**Ivan Luiz da Silva**

Doutor e Mestre em Direito Penal pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Procurador de Estado de Alagoas. Professor de Direito da Faculdade de Tecnologia de Alagoas, Maceió – AL.

**Jamile Bergamaschine Mata Diz**

Doutora em Direito Público e Direito Comunitário pela Universidad de Alcalá de Henares – Espanha. Professora Adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, da Fundação Universidade de Itaúna e do Instituto Novos Horizontes, Belo Horizonte – MG.

**Jane Lúcia Wilhelm Berwanger**

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Advogada. Professora da Faculdade ATAME, da Faculdade IMED, do Instituto CENECISTA de Ensino Superior de Santo Ângelo – CNEC, Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, do Instituto Latino-americano de Direito Social – IDS, do Centro Universitário Ritter dos Reis – UNIRITTER, da Universidade FEEVALE, da Escola de Magistratura Federal do Paraná, da Escola da Magistratura Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS.

**Jânia Maria Lopes Saldanha**

Pós-Doutora em Direito do Institut des Hautes Études sur la Justice – Paris, Doutora em Direito Público pela UNISINOS e Mestrado em Integração Latino-Americana da UFSM. Professora do Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e do PPGD e da Escola de Direito da UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre – RS.

**Jeferson Dytz Marins**

Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Professor da graduação e pós-graduação da Universidade de Caxias do Sul – UCS, Professor da pós-graduação de diversas instituições de Ensino Superior, Coordenador das Especializações em Direito Empresarial e Processual da Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul – RS.

**Jesuvaldo Eduardo de Almeida Junior**

Pós-Doutor em Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra – Portugal. Doutor e Mestre em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos pela ITE-Bauru. Professor e Coordenador da Escola Superior da Advocacia – OAB SP. Professor visitante da pós-graduação da Universidade Estadual de Londrina – UEL, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Londrina – PR.

**José Eduardo de Miranda**

Doutor em Direito pela Universidad de Deusto – Espanha. Professor Convidado da Faculdade de Direito da Universidad de Deusto, em Bilbao – Espanha, da Faculdade de Direito da Universidad de Cantábria, em Santander – Espanha. Membro do Grupo de Pesquisa – CNPQ.

**José Eduardo Figueiredo de Andrade Martins**

Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade de São Paulo. Advogado e Consultor Jurídico. Professor dos cursos de graduação em Direito e pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Tributário da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, Campinas – SP.

**José Ignacio Vásquez Márquez**

Doutor em Direito Universidade de Los Andes. Professor de Direito Constitucional da Universidade do Chile – Chile.

**José María Tovillas Moran**

Doutor em Direito. Professor Titular de Direito Financeiro e Tributário da Universitat de Barcelona – Espanha.

**José Osório do Nascimento Neto**

Pós-Doutor pela Universidade MACKENZIE-SP. Doutor e Mestre em Direito Econômico e Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Professor do Centro Universitário UNIBRASIL, na ESTÁCIO-Curitiba, onde coordena a Iniciação Científica. Professor convidado da Pós-graduação da Universidade POSITIVO e da Escola da Magistratura Federal do Paraná – ESMAFE, Curitiba – PR.

**José Renato Martins**

Doutor em Direito Penal pela Universidade de São Paulo – USP. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Advogado. Professor e Coordenador da graduação e Especialização na – Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, Piracicaba – SP.

**José Sérgio da Silva Cristóvam**

Doutor em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com estágio de Doutorado junto à Universidade de Lisboa – Portugal e Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professor de cursos de Pós-Graduação no CESUSC, UNIDAVI, ENA Brasil, UnC, UNOESC, UNISUL, Estácio de Sá e da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC.

**José Osório do Nascimento Neto**

Pós-doutor em Direito Político e Econômico pela Universidade MACKENZIE/SP. Doutor e Mestre em Direito Econômico e Social pela PUC Paraná. Professor com especial ênfase nas seguintes áreas: Direito Econômico e Administrativo, Administração Pública, Regulação, Políticas Públicas e Desenvolvimento.

**Judith Sole Resina**

Doutora em Direito. Professora Titular de Direito Civil da Universitat Autònoma de Barcelona – Espanha.

**Júlia Gomes Pereira Maurmo**

Doutora em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora Adjunta de Direito Penal, Processo Penal e Prática Jurídica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Professora Substituta de Direito Civil da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Vice -Coordenadora e Professora do PPGD *lato sensu* em Direito Processual Contemporâneo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Professora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Santa Úrsula – USU, Rio de Janeiro – RJ.

**Juliana Teixeira Esteves**

Pós-Doutora em Economia Política no Institute de Recherche Economiques et Sociales – França. Doutora em Direito e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Advogada. Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – PE.

**Larissa Pinho de Alencar Lima**

Doutora em Ciências Políticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Juíza de Direito. Professora de Direito Constitucional no curso de pós-graduação da Escola da Magistratura do TJRO, Santa luzia d’oeste – RO.

**Lenio Luiz Streck**

Pós-Doutor pela Universidade de Lisboa – Portugal, Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Advogado. Professor Titular do PPGD mestrado e doutorado da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professor Permanente da Universidade Estácio de

Sá – UNESA-RJ, da Scuola Dottorale Tullio Scarelli, Itália, da Universidad Javeriana, Colômbia e da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal. Membro Catedrático da Academia Brasileira de Direito Constitucional – ABDConst. Coordenador do Núcleo de Estudos Hermenêuticos, Porto Alegre – RS.

#### **Léo Brust**

Doutor em Nuevas Tendencias En Derecho Constitucional pela Universidad de Salamanca – ESPAÑA, reconhecido pela Universidade de São Paulo – USP. Doutor em Direito do Estado e Mestre em Ciência Política pela Universidade Técnica de Lisboa – Portugal, reconhecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Advogado. Professor da Facultad de Derecho de la Universidad de Salamanca – Usal – Espanha.

#### **Leonardo Estevam de Assis Zanini**

Livre-docente e doutor em Direito Civil pela USP. Pós-doutorado em Direito Civil no Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht (Alemanha) e em Direito Penal no Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Strafrecht (Alemanha). Doutorando em Direito Civil pela Albert-Ludwigs-Universität Freiburg (Alemanha). Mestre em Direito Civil pela PUC-SP. Bacharel em Direito pela USP. Juiz Federal. Professor Universitário (Universidade de Araraquara). Pesquisador do grupo Novos Direitos CNPq/UFSCar. Autor de livros e artigos. Foi bolsista da Max-Planck-Gesellschaft e da CAPES. Foi Delegado de Polícia Federal, Procurador do Banco Central do Brasil, Defensor Público Federal, Diretor da Associação dos Juizes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul e Diretor Acadêmico da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores da Justiça Federal em São Paulo.

#### **Leonardo Nemer**

Doutor em Direito Internacional pela Université Paris X Nanterre – France, Mestrado e graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e da PUC-Minas, Belo Horizonte – MG.

#### **Lourenço de Miranda Freire Neto**

Doutor em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestre em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco. Advogado. Membro do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba e Professor efetivo na Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

#### **Lucas Abreu Barroso**

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Professor da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória – ES.

#### **Luciana Cordeiro de Souza Fernandes**

Doutora e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP. Professora na Faculdade de Ciências Aplicadas e na Faculdade de Tecnologia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professora plena no Programa de Pós-graduação em Ensino e História das Ciências da Terra no Instituto de Geociências – UNICAMP, Limeira – SP.

#### **Luciana Mendes Pereira**

Doutora em Estudos da Linguagem, Mestre em Direito Negocial e especialista em Direito Empresarial e em Bioética pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Professora de Direito Civil no Departamento de Direito Privado da Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina – PR.

#### **Luciano Nascimento Silva**

Pós-Doutor em Teoria e Sociologia do Direito no Centro di Studi sul Rischio – Dipartimento di Scienze Giuridiche della Facoltà di Giurisprudenza dell'Università del Salento, Lecce – Itália, Doutor em Ciências Jurídico-Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – FDUC – Portugal e Mestre em Direito Penal pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo – USP. Professor na Escola da Magistratura do Estado da Paraíba – ESMA PB, nos cursos de Especialização da Escola Superior de Advocacia de São Paulo ESA OABSP, Professor Assistente na Faculdade de Direito do Largo São Francisco da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP.

#### **Luciano Rocha Santana**

Doutor pela Universidade de Salamanca – USAL – Espanha, Mestre em Filosofia Moral pela USAL – Espanha. Professor Pesquisador da ICALP/ UAB/ES e NIPE-DA/UFBA, Salvador – BA.

#### **Luciano Velasque Rocha**

Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. Advogado, São Paulo – SP.

#### **Luigi Bonizzato**

Doutor e bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito e do Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro – RJ.

#### **Luís Guilherme Soares Maziero**

Doutor em Direito pelo ITE – Bauru, Advogado. Professor na Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, Campinas – SP.

**Luís Henrique Barbante Franzé**

Pós-Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Doutor em Processo Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito de Bauru. Professor no programa de mestrado da Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha em Marília – UNIVEM, Marília – SP e no programa de graduação da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, Piracicaba – SP.

**Luiz Edson Fachin**

Pós-Doutor pela Ministério das Relações Exteriores do Canadá. Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Ministro do Supremo Tribunal Federal. Professor na Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba – PR.

**Luiz Eduardo Gunther**

Pós-Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Desembargador do Trabalho no TRT 9 PR. Professor na UNICURITIBA, Curitiba – PR.

**Luiz Henrique Sormani Barbugiani**

Doutor e Mestre em Direito pela Universidade de São Paulo PUC-SP. MBA em Gestão Estratégica pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Pós-graduado em Processo Civil, Arbitragem e Mediação pela Universidade de Salamanca – Espanha.

**Luiz Olavo Baptista**

Doutor em Direito Internacional na Université Paris II – França, Doutor Honoris Causa pela Universidade de Lisboa – Portugal. Árbitro na Câmara de Arbitragem Comercial Brasil (CAMARB). Advogado. Professor na Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP.

**Manuel Martínez Neira**

Doutor em Direito. Professor Universitário na Universidad Carlos III de Madrid – Espanha.

**Mara Darcanchy**

Doutora e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora Visitante e PNPd-CAPES do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba UNICURITIBA, Curitiba – PR.

**Maraluce Maria Custódio**

Doutora em Geografia pela UFMG em programa de cotutela com a Université d'Avignon, Mestre e graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Master en Derecho Ambiental pela Universidad Internacional de Andalucía – Espanha. Professora permanente do PPGD da Escola Superior Dom Helder Câmara, Belo Horizonte – MG.

**Marcelo Buzaglo Dantas**

Doutor e Mestre em Direitos Difusos e Coletivos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor da Escola de Preparação e Aperfeiçoamento do Ministério Público de Santa Catarina – EPAMPSC, Professor Permanente dos Cursos de graduação, mestrado e doutorado da UNIVALI, Florianópolis – SC e dos Cursos de Especialização em Direito Ambiental da PUC – SP, PUC-RJ, UNISINOS, CESUSC e Professor Visitante dos Cursos de Mestrado e Doutorado do Instituto Universitario del Agua y de las Ciencias Ambientales da Universidad de Alicante e da Widener University Delaware Law School.

**Marcelo Guerra Martins**

Doutor em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. Juiz Federal. Professor da graduação e mestrado em Direito do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo – SP.

**Marcelo Paulo Maggio**

Doutor pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – FSP USP, Mestre pela Faculdade de Direito da Universidade Estadual de Londrina – FD UEL. Promotor de Justiça no Ministério Público do Estado do Paraná. Professor de Direito Sanitário da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Paraná – FEMPAR, Curitiba – PR.

**Márcia Haydée Porto de Carvalho**

Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Graduada em Direito e em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Promotora de Justiça no Estado do Maranhão. Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, onde ministra para a graduação em Direito e no mestrado em Direito e Instituições do Sistema de Justiça. Professora Pesquisadora da Universidade Ceuma – UNICEUMA, São Luiz – MA.

**Márcio Bambirra Santos**

Doutor em Administração pela Universidade FUMEC, com especializações em Política Científico – Tecnológica – PLADES-BSB e Computação Científica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG. Mestre em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais – PUC-MG. Professor, Administrador de Empresas, Economista, Palestrante e consultor em empresas e grupos nacionais e internacionais, Belo Horizonte – MG.

**Marco Antônio César Villatore**

Pós-Doutor – UNIROMA II. Doutor UNIROMA, revalidado pela USFC. Mestre pela PUC/SP. Prof. Uninter. Graduação, Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado pela UFSC. Coordenador da Especialização ABBCONST. Advogado.

**Marco Aurélio Serau Júnior**

Doutor e Mestre EM Direitos Humanos pela Universidade de São Paulo – USP. Professor na Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba – PR.

**Marcos Augusto Maliska**

Pós-Doutor pelo Instituto Max Planck de Direito Público de Heidelberg – Alemanha, Doutor e Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Procurador Federal. Professor visitante permanente na Faculdade de Direito de Francisco Beltrão – Cesul, Professor Adjunto do PPGD na UniBrasil, Curitiba – PR.

**Marcus Maurer de Salles**

Doutor em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo – USP, com estágio doutoral junto a Cátedra Internacional OMC Integração Regional da Universidade de Barcelona – UB – Espanha e Mestre em Integração Latino-Americana pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Professor Adjunto da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios – EPPEN da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, São Paulo – SP.

**Maria Carolina Carvalho de Almendra Freitas**

Doutoranda em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e mestre em Direito Internacional e Econômico pela Universidade Católica de Brasília – UCB. Professora substituta na Universidade Estadual do Piauí – UESPI, na Faculdade Integral Diferencial e no Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba – CESVALE, Teresina – PI.

**Maria Cecília Cury Chaddad**

Doutora e Mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo – SP. Advogada.

**Maria Luiza Granziera**

Doutora em Direito do Departamento de Direito Econômico e Financeiro e Mestre em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo – USP. Professora da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP e Professora associada do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito Ambiental da Universidade Católica de Santos – UNISANTOS, Santos – SP.

**Marianna Almeida Chaves Pereira Lima**

Doutora em Direito Civil pela Universidade de Coimbra – Portugal e Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP. Advogada. Pesquisadora do Centro de Investigação da Universidade de Lisboa e Professora, Recife, PE.

**Mário João Ferreira Monte**

Doutor em Ciências Jurídico-Criminais com título emitido pela Universidade do Minho – Portugal, Mestre e Pós-graduado e Licenciatura em ciências jurídico-criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Professor Catedrático de direito penal na Escola de Direito da Universidade do Minho – Portugal.

**Mário Luiz Ramidoff**

Pós-Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Doutor em Direito pelo PPGD da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Desembargador no TJPR. Professor na UNICURITIBA, Curitiba – PR.

**Marta Villarín Lagos**

Profesora Titular de Derecho Financiero – Universidad de Valladolid.

**Melina de Souza Rocha Lukic**

Doutora e Mestre pela Université Paris III – Sorbonne Nouvelle em cotutela com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professora da FGV-Direito Rio. Pesquisadora do Centro de Pesquisa em Direito e Economia – CPDE da FGV-Direito Rio, Rio de Janeiro – RJ.

**Melina Girardi Fachin**

Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora Adjunta dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba – PR.

**Milena Petters Melo**

Doutora em Direito pela UNISALENTO – Itália. Professora da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, Coordenadora do Doutorado Interinstitucional em Direito DINTER FURB – UNISINOS, Professora e Coordenadora para a área lusófona do Centro Didático Euro-Americano sobre Políticas Constitucionais – CEDEUAM, UNISALENTO, Itália, Professora da Academia Brasileira de Direito Constitucional – ABDConst, Professora do Programa de Doutorado em Ciências Jurídicas e Políticas, Universidade Pablo de Olavide – UPO – Espanha, Professora no Programa Máster-Doutorado Oficial da União Européia – Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo, Universidade Pablo de Olavide – UPO Universidad Internacional da Andaluzia – UNIA – Espanha.

**Mônica Silveira Vieira**

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Juíza de Direito do Estado de Minas Gerais. Professora assistente licenciada da Faculdade de Direito Milton Campos, Belo Horizonte – MG.

**Montserrat de Hoyos Sancho**

Profesora Titular de Derecho Procesal – Universidad de Valladolid.

**Nelson Finotti Silva**

Doutor em Processo Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito do Estado pela Universidade de Franca – UNIFRAN. Procurador de Estado. Professor do Curso de Mestrado em

Direito do Centro Universitário Eurípedes de Marília – UNIVEM, Marília – SP e do Curso de Graduação em Direito do Instituto Municipal de Ensino Superior – IMES Catanduva, Catanduva – SP.

#### **Nelson Flavio Firmino**

Pós-Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra – Portugal, Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino e Mestre em Direito Internacional Público pela Universidade de Wisconsin – EUA. Advogado. Professor de Pós-Graduação da Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro – RJ.

#### **Nuno M. Pinto de Oliveira**

Doutor em Ciências Jurídicas do Instituto Universitário Europeu de Florença – Itália. Licenciatura em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Portugal. Professor-associado da Escola de Direito da Universidade do Minho – Portugal.

#### **Nuria Beloso Marín**

Doutora em Direito pela Universidade de Valladolid – Espanha. Professora Titular de Filosofia do Direito na Universidade de Burgos – Espanha. Coordenadora do Programa de Doutorado em Direito Público. Representante do Dpto. de Direito na Comissão de Doutorado e dirige o Curso de Pós-Graduação Universitário em Mediação Familiar na Universidade de Burgos – Espanha.

#### **Oswaldo Ferreira de Carvalho**

Pós-Doutor e Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal, Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-Goiás. Professor na Escola de Direito e Relações Internacionais da PUC-GO e na Universidade Estácio de Sá unidade em Goiânia – GO.

#### **Patrícia Regina Pinheiro Sampaio**

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade de São Paulo – USP. Professora da FGV – Direito Rio – Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas. Pesquisadora do Centro de Pesquisa em Direito e Economia – CPDE da FGV-Direito Rio, Rio de Janeiro – RJ.

#### **Paulo Bueno de Azevedo**

Doutor em Direito Penal pela Universidade de São Paulo – USP, Mestre pela Mackenzie, Especialista pela Universidade de Coimbra – Portugal e pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Coordenador e Professor de cursos na Escola de Magistrados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Convidado como juiz formador no curso de formação inicial de magistrados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Professor convidado de cursos de pós-graduação, São Paulo – SP.

#### **Paulo Ferreira da Cunha**

Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Portugal e Doutor em Direito pela Universidade de Paris II. Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto – Portugal.

#### **Paulo Nalin**

Pós-Doutor pela Universidade de Basileia – Suíça. Doutor em Direito das Relações Sociais e Mestre em Direito Privado pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor na LLM da SILS – Suíça Internacional, Low School, na Universidade Federal do Paraná – UFPR, Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Curitiba – PR.

#### **Paulo Renato Fernandes da Silva**

Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense – UFF e Mestre em Direito Empresarial pela Universidade Cândido Mendes. Advogado. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Rio de Janeiro – RJ.

#### **Pilar Carolina Villar**

Doutora e Mestre em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo – USP. Professora adjunta da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, SÃO Paulo – SP.

#### **Rennan Faria Kruger Thamy**

Pós-Doutor em Direito pela Universidade de Lisboa – Portugal, Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS e Mestre em Direito pela UNISINOS e pela PUC-Minas. Professor Titular do PPGD da FADISP. Professor da pós-graduação *Lato Sensu* da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, do Mackenzie, da Escola Paulista de Direito – EPD e Professor Titular do Estratégia Concursos e do ANASP, São Paulo – SP.

#### **Ricardo Maurício Freire Soares**

Pós-Doutor em Direito Constitucional Comparado pela Università degli Studi di Roma La Sapienza, pela Università degli Studi di Roma Tor Vergata e pela Università del Salento. Doutor pela Università del Salento USP, Doutor em Direito Público e Mestre em Direito Privado pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, da Faculdade Baiana de Direito e UNIRUY e Professor – Coordenador do Curso de Direito da Estácio de Sá – FIB, Salvador – BA.

#### **Roberta Corrêa de Araujo**

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Juíza Federal do Trabalho TRT 6ª Região. Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Olinda – FOCCA, Olinda – PE.



**Roberto Wagner Marquesi**

Doutor e Mestre em Direito Civil pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco da Universidade de São Paulo – USP. Professor dos Cursos de Mestrado e de Graduação e Pós-Graduação em Direito Civil na Universidade Estadual de Londrina – UEL e na Universidade Católica do Paraná na Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Londrina – PR.

**Rogério Piccino Braga**

Pós-Doutorando no *Ius Gentium Conimbrigae* da Universidade de Coimbra – Portugal. Doutor e Mestre em Direito Constitucional pelo Centro Universitário de Bauru – CEUB ITE. Advogado. Professor Permanente do Curso de Pós-Graduação *Latro Sensu* do *Projuris* Estudos Jurídicos, Professor na Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP e na Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR, Bandeirantes – PR.

**Romeu Faria Thomé da Silva**

Pós-Doutor em Direito Ambiental pela Université Laval – Canadá, Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG. Professor permanente do PPGD da Escola Superior Dom Helder Câmara, Belo Horizonte – MG.

**Romulo Palitot**

Doutor e Mestre em Direito Penal pela Universitat de València – Espanha. Professor de Direito Penal da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas – PPGCJ UFPB, João Pessoa – PB.

**Ronaldo Alves Marinho da Silva**

Doutor em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie – SP e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Delegado de Polícia Civil. Professor Adjunto da Universidade Tiradentes, Aracaju – SE.

**Ronny Francys Campos**

Pós-Doutor pela Universidade de São Paulo – USP, Doutor e Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor adjunto na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas em Poços de Caldas e Coordenador da Clínica-Escola e Professor na PUC-Minas, Poços de Caldas – MG.

**Roseli Borin**

Pós-Doutora em *Derecho Procesual en el Sistema Ítalo-Germano* pela Università Degli Studi di Messina – Itália, Doutora em Sistemas Constitucionais de Garantias de Direito pela Instituição Toledo de Ensino – ITEBauru – SP, Mestre em Direitos da Personalidade e Especialista em Direito Civil – Sucessões, Família e Processo Civil pelo Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR. Advogada. Professora de Pós-graduação na Escola da Magistratura de Paraná e na Universidade Paranaense – UNIPAR, Maringá – PR.

**Saulo Tarso Rodrigues**

Pós-Doutor em Direito pela Universidade de Uppsala – Suécia e Doutor em Sociologia Jurídica pela Universidade de Coimbra – Portugal. Professor dos programas de mestrado em Direito Ambiental da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e em Direitos Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados – MS.

**Sérgio Guerra**

Pós-Doutor Visiting Researcher, Yale Law School, Doutor e Mestre em Direito. Pós-Doutor em Administração Pública. Diretor e Professor Titular de Direito Administrativo da FGV-Direito Rio. Coordenador Geral do Curso Internacional Business Law da University of California – Irvine. Embaixador da Yale University no Brasil. Vogal da Comissão de Arbitragem e Árbitro da Câmara FGV de Mediação e Arbitragem, Rio de Janeiro – RJ.

**Sergio Said Staut Júnior**

Pós-Doutor no Centro di Studi per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno, Università degli Studi di Firenze – Itália. Doutor, Mestre e Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor Adjunto da Faculdade de Direito e do Mestrado em Psicologia Forense da Universidade Tuiuti do Paraná – UTP. Professor Adjunto de Teoria do Direito nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação de mestrado e doutorado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba – PR.

**Sergio Torres Teixeira**

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Desembargador do TRT 6ª Região. Professor Adjunto da FDR UFPE e da UNICAP, Coordenador Científico e Diretor da Escola Superior da Magistratura do Trabalho – ESMATRA e professor/instrutor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, da Escola Judicial do TJPE – ESMAPE, da Escola Judicial do TRT6, Jaboatão dos Guararapes – PE.

**Silmara Domingues Araújo Amarilla**

Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo – FADISP, São Paulo – SP. Advogada, com especial interesse em: Direito da Família e Sucessões, Direitos da Personalidade e Responsabilidade Civil.

**Suzéte da Silva Reis**

Doutora em Direito pela UNISC. Professora do PPGD – Mestrado e Doutorado da UNISC. Coordenadora do Grupo de Estudos: Relações de Trabalho da Contemporaneidade.

**Sybelle Luzia Guimarães Drumond**

Doutora em Direito Público e Evolução Social pela Universidade Estácio de Sá – UNESA, Mestra em Direito Econômico e Regulação pela Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro – RJ, Pós-graduada em Direito Tributário e Previdenciário pela Universidade Gama Filho, MBA em Gestão Empresarial Fundação Getúlio Vargas e Pós-graduação em Métodos Estatísticos Computacionais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de fora – MG.

**Tânia Stoltz**

Mestre e Doutora em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Universidade Federal do Paraná – UFPR. Pós-Doutora pelos Archives Jean Piaget, em Genebra, Suíça e pós-doutora pela Alanus Hochschule, Alemanha. Professora Titular da UFPR, Curitiba, PR, Brasil. Bolsista Produtividade do CNPq.

**Tercio Sampaio Ferraz Júnior**

Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo e em Filosofia pela Johannes Gutenberg Universität, Mainz – Alemanha. Professor Titular Aposentado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP – São Paulo-SP.

**Tiago Vinicius Zanella**

Doutor em Ciências Jurídicas Internacionais e Europeias pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal e Mestre em Direito Internacional e Relações Internacionais pela Faculdade de Direito de Lisboa – Portugal. Professor de Direito Internacional Público e Direito do Mar, Belo Horizonte – MG.

**Tomás Prieto**

Professor Titular de Derecho Administrativo. Universidad de Burgos – Espanha.

**Vanessa Fusco Nogueira Simões**

Doutora em Direito pela Universidade de Barcelona. Professora do Curso de Pós-Graduação da Fundação Escola Superior do MPMG.

**Vanilda Aparecida dos Santos**

Doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora de Psicologia do Trabalho, com especial destaque em: Psicologia Social, Psicologia do Trânsito, Psicologia do Esporte, Direitos Humanos, Corrupção.

**Vera Lúcia Rocha Souza Jucovsky**

Doutora em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal e Mestre em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP. Professora de Direito Civil, Processo Civil e de Direito Ambiental.

**Victor Hugo Tejerina Velazquez**

Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Coordenador do Núcleo de Estudos de Direito Ambiental, Empresarial e da Propriedade

Intelectual – NEDAEPI do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Professor Horista e Coordenador do Núcleo de Estudo de Propriedade Intelectual – NEPI do Curso de Direito do Centro Universitário Adventista de São Paulo – UNASP, Eng. Coelho – SP.

**Vinicius Almada Mozetic**

Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professor titular do Programa de Pós-graduação – Mestrado em Direito da UNOESC – Dimensões Materiais e Eficácias dos Direitos Fundamentais, Xanxerê – SC.

**Vitor Hugo Mota de Menezes**

Pós-Doutor em Direito pela Università Federale degli Studi di Messina – Itália, Doutor em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito de São Paulo – FADISP e Mestre em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Professor da Graduação e Pós-Graduação do Centro Integrado de Ensino Superior – CIESA, Manaus – AM.

**Viviane Coelho de Séllos-Knoerr**

Pós-Doutora pela Universidade de Coimbra – Portugal, Doutora em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora e Coordenadora do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania na UNICURITIBA, Curitiba – PR.

**Wagner José Penereiro Armani**

Doutor em Direito Comercial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito Civil pela Universidade Metodista de Piracicaba. Professor de Direito Comercial, Processual Civil e Prática Jurídica pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, Campinas – SP.

**Willis Santiago Guerra Filho**

Pós-Doutor em Filosofia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Doutor em Ciência do Direito pela Universidade de Bielefeld – Alemanha, em Filosofia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em Comunicação e Semiótica e em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Professor Titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro – RJ.

**Wilson Engelmann**

Doutor e Mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professor do Programa de Pós-graduação em Direito da UNISINOS. Professor do PPGD da UNISINOS, São Leopoldo – RS.

## CORPO DE PARECERISTAS QUE AVALIARAM OS ARTIGOS DESTA OBRA

### **Adel El tasse**

Mestre e Doutor em Direito Penal. Advogado em Curitiba. Titulariza o cargo de Procurador Federal. Desempenha a atividade do Magistério na cadeira de Direito Penal em cursos de graduação e pós-graduação em diferentes instituições de ensino superior. Professor na Escola da Magistratura do Estado do Paraná. Professor do CERS. Coordenador no Paraná da Associação Brasileira dos Professores de Ciências Penais e do Núcleo de Estudos Avançados em Ciências Criminais – NEACCRIM. Autor de vários livros e artigos publicados em diversos livros, revistas e periódicos.

### **Almir Santos Reis Junior**

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor adjunto dos cursos de Direito da Universidade Estadual de Maringá – UEM – PR e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Maringá – PR. CV: <http://lattes.cnpq.br/3471405915737365>

### **Ana Barbuda Ferreira**

Doutora em Direito Público pela UFBA, Juíza e Professora, atuando com especial destaque nas seguintes matérias: Direito Constitucional (Controle Constitucionalidade, Direito Constitucional Processual), Direito Processual Civil (Sistema de Precedentes), Novos Direitos, Bioética, Direito Animal, Registros Públicos, Atividade Notarial e Registral.

### **Ana Rachel Freitas da Silva**

Doutora e Mestre em Direito das Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília – UniCeub. Professora no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília – DF. CV: <http://lattes.cnpq.br/4671120487555272>

### **André Folloni**

Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR e Mestre pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Advogado. Consultor Empresarial em Curitiba – PR. Professor no PPGD da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Curitiba – PR.

### **Andréia Macedo Barreto**

Pós-Doutorado pelo Ius Gentium Conimbrigae, Centro de Direitos Humanos, sediado na Universidade de Coimbra – Portugal. Doutora e Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém – PA. Defensora pública do Estado do Pará.

### **Alessandra Lehmen**

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Mestre (LL.M.) em Direito Ambiental pela Stanford Law School. Advogada habilitada em Porto Alegre – RS – Brasil e em Nova Iorque.

### **Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy**

Pós-Doutorado em Direito Comparado na Universidade de Boston, em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS, em Literatura e em História do Direito pela Universidade de Brasília – UnB. Doutor e Mestre em Filosofia do Direito e do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Livre docente em Teoria Geral do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP.

### **Antônio Carlos Efig**

Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Curitiba – PR. CV: <http://lattes.cnpq.br/0310045675906800>

### **Antônio César Bochenek**

Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra – Portugal. Mestre pela PUC-PR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Conselheiro da ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Professor da ESMAFE – Escola da Magistratura Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

### **Antônio Pereira Gaio Júnior**

Pós-Doutorado em Direito pela Universidade de Coimbra – Portugal e em Democracia e CV: <http://lattes.cnpq.br/7104254683992334> Direitos Humanos pelo Ius Gentium Conimbrigae – Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Portugal. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho. Professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro – RJ.

### **Augusto Martinez Perez**

Doutor em Direito do Estado e Mestre em Direito Penal pela Universidade de São Paulo – USP. Juiz Federal. Professor Titular da Universidade de Ribeirão Preto – UNIP, Ribeirão Preto – SP. CV: <http://lattes.cnpq.br/0225022761966538>

### **Bruno César Lorencini**

Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo – USP e Doutor em Direito Processual, Administrativo e Financeiro pela Universidade de Salamanca – Espanha. Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor do PPGD da Faculdade Alves Faria – ALFA, São Paulo – SP. CV: <http://lattes.cnpq.br/9913809834674511>

**Carlos Magno de Souza Paiva**

Doutor em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas e Mestre em Direito Público pela Universidade de Coimbra – Portugal. Professor Adjunto do Departamento de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto – MG. CV: <http://lattes.cnpq.br/0117165544216528>

**Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida**

Doutora e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora das Escolas Superiores da Magistratura, do Ministério Público, da OAB. Professora – Mestrado do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, São Paulo – SP.

**Cristiane Farias Rodrigues dos Santos**

Doutora em Direito pela Faculdade de Direito Universidade de São Paulo – FADUSP. Juíza Federal. Pesquisadora FADUSP – Políticas Públicas e Poder Judiciário.

**Deilton Ribeiro Brasil**

Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pelo IGC CDH da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Portugal, Doutor em Estado e Direito: Internacionalização e Regulação pela Universidade Gama Filho – RJ e Mestre pela Faculdade de Direito Milton Campos de Belo Horizonte – MG. Especialista e Bacharel pela UNIPAC – Universidade Presidente Antônio Carlos. Professor da Graduação e do PPGD da Universidade de Itaúna – UJT, Itaúna – MG e das Faculdades Santo Agostinho – FASA, Montes Claros – MG. CV: <http://lattes.cnpq.br/1342540205762285>

**Eder Bomfim Rodrigues**

Pós-Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Doutor e Mestre em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas. Advogado. Professor dos Cursos de Graduação da Faculdade Minas Gerais e da Universidade Presidente Antônio Carlos – Campus Nova Lima – MG. CV: <http://lattes.cnpq.br/8593009634497423>

**Edgardo Torres**

Juiz-Presidente da Segunda Divisão Civil da Corte Superior de Lima Norte, Peru. Trabalha na Oficina de Controle da Magistratura – OCMA, como Adjunto na Unidade de Investigação e anticorrupção.

**Edilene Lôbo**

Doutora em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas e Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Advogada. Professora do Mestrado e da Graduação em Direito pela Universidade de Itaúna – UJT, Itaúna – MG. CV: <http://lattes.cnpq.br/6348105561410653>

**Felipe Chiarello de Souza Pinto**

Doutor e Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor Titular da Faculdade de Direito e do Programa de mestrado e doutorado e Membro da Academia Mackenzista de Letras. Professor Colaborador do PPGD da Universidade de Passo Fundo – UPF, Passo Fundo – RS. CV: <http://lattes.cnpq.br/9554142049617388>

**Fernando René Graeff**

Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS com ênfase em Direito Civil, Direito de Família e Direito das Sucessões. CV: <http://lattes.cnpq.br/4494934773500234>

**Fernando Sérgio Tenório de Amorim**

Pós-Doutor em Direito pela Université de Montréal, Canadá – CRDP. Doutor e Mestre em Direito Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Procurador Judicial da Procuradoria-Geral do Município de Maceió. Coordenador da Graduação e da Pós-graduação *Lato Sensu* do Curso de Direito do Centro Universitário CESMAC, Maceió – AL. CV: <http://lattes.cnpq.br/0713914850305765>

**Frederico Valdez Pereira**

Doutor em Processo Penal pela Università degli Studi di Pavia – Itália, com período de cotutela no Doutorado em Ciências Criminais da PUC-RS, Mestre em Direito pela Universidade de Lisboa – Portugal e Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS. Juiz Federal. Professor na Escola Superior da Magistratura Federal do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves – RS.

**Fúlvia Helena de Gioia**

Doutora em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Teoria do Estado, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Coordenadora Adjunta de Pesquisa e TCC e Professora na graduação na Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professora convidada da pós-graduação *lato-sensu* da Escola Paulista de Direito – EPD, São Paulo – SP. CV: <http://lattes.cnpq.br/9669358241407042>

**Giuliana Redin**

Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Coordenadora do MIGRAIDH, Santa Maria – RS.

**Isaac Sabbá Guimarães**

Doutor em Direito pela Università Degli Studi di Perugia – Itália, Doutor pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI e Mestre pela Universidade de Coimbra – Portugal. Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina. Professor convidado da Escola do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Balneário Camboriú – SC.

**Jânia Maria Lopes Saldanha**

Pós-Doutora em Direito do Institut des Hautes Études sur la Justice – Paris, Doutora em Direito Público pela UNISINOS e Mestrado em Integração Latino-Americana da UFSM. Professora do Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e do PPGD e da Escola de Direito da UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre – RS.

**Jesualdo Eduardo de Almeida Junior**

Pós-Doutor em Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra – Portugal. Doutor e Mestre em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos pela ITE-Bauru. Professor e Coordenador da Escola Superior da Advocacia – OAB SP. Professor visitante da pós-graduação da Universidade Estadual de Londrina – UEL, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Londrina – PR. CV: <http://lattes.cnpq.br/6159243179329399>

**José Eduardo Figueiredo de Andrade Martins**

Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade de São Paulo. Advogado e Consultor Jurídico. Professor dos cursos de graduação em Direito e pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Tributário da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, Campinas – SP. CV: <http://lattes.cnpq.br/5913901860114411>

**José Ignacio Vásquez Márquez**

Doutor em Direito Universidade de Los Andes. Professor de Direito Constitucional da Universidade do Chile – Chile

**José Osório do Nascimento Neto**

Pós-Doutor pela Universidade MACKENZIE-SP. Doutor e Mestre em Direito Econômico e Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Professor do Centro Universitário UNIBRASIL, na ESTÁCIO-Curitiba, onde coordena a Iniciação Científica. Professor convidado da Pós-graduação da Universidade POSITIVO e da Escola da Magistratura Federal do Paraná – ESMAFE, Curitiba – PR.

**José Renato Martins**

Doutor em Direito Penal pela Universidade de São Paulo – USP. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Advogado. Professor e Coordenador da graduação e Especialização na – Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, Piracicaba – SP.

**Judith Sole Resina**

Doutora em Direito. Professora Titular de Direito Civil da Universitat Autònoma de Barcelona – Espanha. CV: <http://lattes.cnpq.br/0747326127749733>

**Júlia Gomes Pereira Maurino**

Doutora em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora Adjunta de Direito Penal, Processo Penal e Prática Jurídica da Universidade Federal Rural do Rio de

Janeiro – UFRRJ, Professora Substituta de Direito Civil da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Vice Coordenadora e Professora do PPGD *Lato Sensu* em Direito Processual Contemporâneo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Professora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Santa Ursula – USU, Rio de Janeiro – RJ.

**Léo Brust**

Doutor em Nuevas Tendencias En Derecho Constitucional pela Universidad de Salamanca – ESPAÑA, reconhecido pela Universidade de São Paulo – USP. Doutor em Direito do Estado e Mestre em Ciência Política pela Universidade Técnica de Lisboa – Portugal, reconhecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Advogado. Professor da Facultad de Derecho de la Universidad de Salamanca – Usal – Espanha.

**Leonardo Estevam de Assis Zanini**

Livre-docente e doutor em Direito Civil pela USP. Pós-doutorado em Direito Civil no Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht (Alemanha) e em Direito Penal no Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Strafrecht (Alemanha). Doutorando em Direito Civil pela Albert-Ludwigs-Universität Freiburg (Alemanha). Mestre em Direito Civil pela PUC-SP. Bacharel em Direito pela USP. Juiz Federal. Professor Universitário (Universidade de Araraquara). Pesquisador do grupo Novos Direitos CNPq/UFSCar. Autor de livros e artigos. Foi bolsista da Max-Planck-Gesellschaft e da CAPES. Foi Delegado de Polícia Federal, Procurador do Banco Central do Brasil, Defensor Público Federal, Diretor da Associação dos Juizes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul e Diretor Acadêmico da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores da Justiça Federal em São Paulo.

**Lucas Abreu Barroso**

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Professor da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória – ES. CV: <http://lattes.cnpq.br/5076674738681657>

**Luigi Bonizzato**

Doutor e bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito e do Curso de Pós-Graduação stricto sensu em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro – RJ. CV: <http://lattes.cnpq.br/8169452504332343>

**Luís Guilherme Soares Maziero**

Doutor em Direito pelo ITE – Bauru, Advogado. Professor na Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, Campinas – SP.

**Luiz Eduardo Gunther**

Pós-Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Desembargador do Trabalho no TRT 9 PR. Professor na UNICURITIBA, Curitiba – PR. CV:<<http://lattes.cnpq.br/1314611892212586>

**Manuel Martínez Neira**

Doutor em Direito; Professor Titular da Faculdade de Ciências Sociais e Direito da Universidade Carlos III de Madrid.<[http://portal.uc3m.es/portal/page/portal/instituto\\_figuerola/directorio/mmartinez](http://portal.uc3m.es/portal/page/portal/instituto_figuerola/directorio/mmartinez)

**Mara Darcanchy**

Doutora e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora Visitante e PNPd-CAPEs do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba UNICURITIBA, Curitiba – PR. CV: <http://lattes.cnpq.br/2268275872437988>

**Márcio Bambirra Santos**

Doutor em Administração pela Universidade FUMEC, com especializações em Política Científico – Tecnológica – PLADES-BSB e Computação Científica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG. Mestre em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais – PUC-MG. Professor, Administrador de Empresas, Economista, Palestrante e consultor em empresas e grupos nacionais e internacionais, Belo Horizonte – MG.

**Marco Aurélio Serau Júnior**

Doutor e Mestre EM Direitos Humanos pela Universidade de São Paulo – USP. Professor na Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba – PR.

**Marco Antônio César Villatore**

Professor do Centro Universitário Internacional – UNINTER e da Graduação e do PPGD (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Coordenador da Especialização em Direitos e Processos do Trabalho e Previdenciário da ABDConst, Professor Convidado da Especialização da PUCRS Advogado. Pós-doutor pela UNIROMA II – Tor Vergata, Doutor pela UNIROMA I – Sapienza e Mestre pela PUCSP. Membro Titular da Cadeira n. 73 da Academia brasileira de Direito do Trabalho. Membro Correspondente do Paraná da Academia Sul-Rio-Grandense de Direito do Trabalho e do Centro de Letras do Paraná. Líder do NEATES. CV:<<http://lattes.cnpq.br/6658857270253086>

**Maria Carolina Carvalho de Almendra Freitas**

Doutoranda em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e mestre em Direito Internacional e Econômico pela Universidade Católica de Brasília – UCB. Professora substituta na Universidade Estadual do Piauí – UESPI, na Faculdade Integral Diferencial e no Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba – CESVALE, Teresina – PI.

**Maria Cecília Cury Chaddad**

Doutora e Mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo – SP. Advogada.

**Marianna Almeida Chaves Pereira Lima**

Doutora em Direito Civil pela Universidade de Coimbra – Portugal e Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP. Advogada. Pesquisadora do Centro de Investigação da Universidade de Lisboa e Professora, Recife, PE

**Mário Luiz Ramidoff**

Pós-Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Doutor em Direito pelo PPGD da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Desembargador no TJPR. Professor na UNICURITIBA, Curitiba – PR. CV:<<http://lattes.cnpq.br/6059190960218107>

**Mônica Silveira Vieira**

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Juíza de Direito do Estado de Minas Gerais. Professora assistente licenciada da Faculdade de Direito Milton Campos, Belo Horizonte – MG. CV:<<http://lattes.cnpq.br/8828484905276571>

**Nelson Finotti Silva**

Doutor em Processo Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito do Estado pela Universidade de França – UNIFRAN. Procurador de Estado. Professor do Curso de Mestrado em Direito do Centro Universitário Eurípedes de Marília – UNIVEM, Marília – SP e do Curso de Graduação em Direito do Instituto Municipal de Ensino Superior – IMES Catanduva, Catanduva – SP.

**Nelson Flavio Firmino**

Pós-Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra – Portugal, Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino e Mestre em Direito Internacional Público pela Universidade de Wisconsin – EUA. Advogado. Professor de Pós-Graduação da Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro – RJ. CV:<<http://lattes.cnpq.br/3632965751263941>

**Nuria Beloso Marín**

Doutora em Direito pela Universidade de Valladolid – Espanha. Professora Titular de Filosofia do Direito na Universidade de Burgos – Espanha. Coordenadora do Programa de Doutorado em Direito Público. Representante do Dpto. de Direito na Comissão de Doutorado e dirige o Curso de Pós-Graduação Universitário em Mediação Familiar na Universidade de Burgos – Espanha.

**Oswaldo Ferreira de Carvalho**

Pós-Doutor e Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal, Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-Goiás. Professor na Escola de Direito e Relações Internacionais da PUC-GO e na Universidade Estácio de Sá unidade em Goiânia – GO.

**Paulo Renato Fernandes da Silva**

Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense – UFF e Mestre em Direito Empresarial pela Universidade Cândido Mendes. Advogado. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Rio de Janeiro – RJ.

**Roberta Corrêa de Araujo**

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Juíza Federal do Trabalho TRT 6ª Região. Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Olinda – FOCCA, Olinda – PE.

**Rogério Piccino Braga**

Pós-Doutorando no *lus Gentium* Conimbrigae da Universidade de Coimbra – Portugal. Doutor e Mestre em Direito Constitucional pelo Centro Universitário de Bauru – CEUB ITE. Advogado. Professor Permanente do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* do Projuris Estudos Jurídicos, Professor na Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP e na Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR, Bandeirantes – PR. CV: <http://lattes.cnpq.br/4022699994172031>

**Roseli Borin**

Pós-Doutora em Derecho Procesual en el Sistema Ítalo-Germano pela Università Degli Studi di Messina – Itália, Doutora em Sistemas Constitucionais de Garantias de Direito pela Instituição Toledo de Ensino – ITEBauru – SP, Mestre em Direitos da Personalidade e Especialista em Direito Civil – Sucessões, Família e Processo Civil pelo Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR. Advogada. Professora de Pós-graduação na Escola da Magistratura de Paraná e na Universidade Paranaense – UNIPAR, Maringá – PR.

**Sergio Torres Teixeira**

Desembargador do TRT 6ª Região. Professor Adjunto da FDR UFPE e da UNICAP, Coordenador Científico e Diretor da Escola Superior da Magistratura do Trabalho – ESMATRA e professor/instrutor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, da Escola Judicial do TJPE – ESMape, da Escola Judicial do TRT6, Jaboação dos Guararapes – PE.

**Suzete da Silva Reis**

Doutora em Direito pela UNISC. Professora do PPGD – Mestrado e Doutorado da UNISC. Coordenadora do Grupo de Estudos: Relações de Trabalho da Contemporaneidade.

**Tercio Sampaio Ferraz Júnior**

Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo e em Filosofia pela Johannes Gutenberg Universität, Mainz – Alemanha. Professor Titular Aposentado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP – São Paulo – SP.

**Tiago Vinicius Zanella**

Doutor em Ciências Jurídicas Internacionais e Europeias pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal e Mestre em Direito Internacional e Relações Internacionais pela Faculdade de Direito de Lisboa – Portugal. Professor de Direito Internacional Público e Direito do Mar, Belo Horizonte – MG.

**Tomás Prieto**

Professor Titular de Derecho Administrativo. Universidad de Burgos, España.

**Vanilda Aparecida dos Santos**

Doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora de Psicologia do Trabalho, com especial destaque em: Psicologia Social, Psicologia do Trânsito, Psicologia do Esporte, Direitos Humanos, Corrupção.

**Vera Lúcia Rocha Souza Jucovsky**

Doutora em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal e Mestre em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP. Professora de Direito Civil, Processo Civil e de Direito Ambiental.

**Vinicius Roberto Prioli de Souza**

Pós-Doutorando em Direito pela Universidade de Marília – UNIMAR, Marília/SP. Doutor em Direito pela Instituição Toledo de Ensino – ITE, Bauru/SP. Mestre em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, Piracicaba/SP. Bacharel em Direito pelas Faculdades Integradas ‘Antônio Eufrásio de Toledo’ de Presidente Prudente, Presidente Prudente/SP. Advogado.

**Vitor Hugo Mota de Menezes**

Pós-Doutor em Direito pela Università Federale degli Studi di Messina – Italia, Doutor em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito de São Paulo – FADISP e Mestre em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Professor da Graduação e Pós-Graduação do Centro Integrado de Ensino Superior – CIESA, Manaus – AM.

## COLABORADORES

Adriane Garcel  
Alessandra Valle Salino  
Alfredo Soler del Sol  
Anderson Ricardo Fogaça  
Angela Alves de Sousa  
Antonio Felipe Delgado y Jiménez  
Carlos Francisco Molina del Pozo  
Claudia Maria Petry de Faria  
Clayton Reis  
Daniel Willian Granado  
Eduardo Manuel Val  
Eduardo Rodrigues Barcellos  
Eliana Aló da Silveira  
Evandro Fabiani Capano  
Fabrício Bittencourt da Cruz  
Fernando Rey Cota Filho  
Flávio Couto Bernardes  
Franciele da Rocha Dias  
Francisco Javier Durán Ruiz  
Francisco Javier Arroyo-Cañada  
Glauca Maria de Araujo Ribeiro  
Glauca Milagre Menezes  
Gonçalo S. de Melo Bandeira  
Horácio Monteschio

J. Eduardo López Ahumada  
Jean Vilbert  
Jesús Víctor Alfredo Contreras Ugarte  
Jorge Luis Varona López  
José Laurindo de Souza Netto  
José María Lombardero Martín  
Juan Carlos Ortiz Pradillo  
Luciana Gonçalves Dias  
Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos  
Maria Eugenia Grau Pérez  
Maria Luiza de Andrade Picanço Meleiro  
Mário Luiz Ramidoff  
Matheus de Quadros  
Mirian Pelegrino  
Nancy Carina Vernengo Pellejero  
Noemí Jiménez Cardona  
Paulo Muanis do Amaral Rocha  
Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira  
Pedro Augusto Costa Gontijo  
Regina Vera Villas Bôas  
Ricardo Wypych  
Sandra Mara Franco Sette  
Sérgio Henriques Zandona Freitas  
Vinícius Almada Mozetic



# Integrantes do Conselho Editorial do



## **Alexandre Libório Dias Pereira**

Doutor em Direito; Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

## **Antonio García-Pablos de Molina**

Catedrático de Direito Penal da Universidad Complutense de Madrid.

## **Carlos Francisco Molina del Pozo**

Doutor em Direito; Professor Titular de Direito Administrativo e Diretor do Centro de Documentação Europeia na Universidade de Alcalá de Henares; Professor da Escola Diplomática e do Instituto Nacional de Administração Pública.

## **Fernando Santa-Cecilia García**

Profesor Titular de Direito Penal e Criminologia da Universidad Complutense de Madrid.

## **Ignacio Berdugo Gómez de la Torre**

Catedrático de Derecho Penal en la Universidad de Salamanca.

## **Joan J. Queralt**

Catedrático de Direito Penal da Universitat Barcelona.

## **Jordi García Viña**

Catedrático de Direito do Trabalho e Seguridade Social da Universitat de Barcelona.

## **Manuel Martínez Neira**

Doutor em Direito; Professor Titular da Faculdade de Ciências Sociais e Direito da Universidade Carlos III de Madrid.

## **María Amparo Grau Ruiz**

Catedrática Acreditada de Derecho Financiero y Tributario – Universidad Complutense de Madrid.

## **María del Carmen Gete-Alonso y Calera**

Catedrática de Direito Civil da Universitat Autònoma de Barcelona.

## **Mário João Ferreira Monte**

Doutor em Ciências Jurídico-Criminais; Professor Associado com nomeação definitiva na Escola de Direito da Universidade do Minho; membro integrado do Centro de Investigação de Direitos Humanos da Universidade do Minho e Presidente do Instituto Lusófono de Justiça Criminal (JUSTICRIM).

## **Paulo Ferreira da Cunha**

Doutor em Direito; Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

## ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA LICENÇA *CREATIVE COMMONS*

**Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil.**

É permitido:

- copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- criar obras derivadas

Sob as seguintes condições:



### **ATRIBUIÇÃO**

Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.



### **USO NÃO COMERCIAL**

Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.



### **COMPARTILHAMENTO PELA MESMA LICENÇA**

Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, você somente poderá distribuir a obra resultante sob uma licença idêntica a esta.

– Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outro, os termos da licença desta obra.

- Licença Jurídica (licença integral):  
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/legalcode>

*Esta revista proporciona acesso público livre e imediato a todo seu conteúdo em ambiente virtual.*

## APRESENTAÇÃO

A **Revista Internacional CONSINTER de Direito** é uma publicação de cariz periódico do **CONSINTER – Conselho Internacional de Estudos Contemporâneos em Pós-Graduação** que tem por objetivo constituir-se num espaço exigente para a divulgação da produção científica de qualidade, inovadora e com profundidade, características que consideramos essenciais para o bom desenvolvimento da ciência jurídica no âmbito internacional.

Outra característica dos trabalhos selecionados para a **Revista Internacional CONSINTER de Direito** é a multiplicidade de pontos de vista e temas através dos quais o Direito é analisado. Uma revista que se pretende internacional tem o dever de abrir horizontes para temas, abordagens e enfoques os mais diversos e, através deste espaço, colaborar com um melhor diálogo acadêmico.

Resultado de um trabalho criterioso de seleção, este volume que agora se apresenta destina-se a todos aqueles que pretendem pensar o Direito, ir além da sua aplicação quotidiana, mas sem deixar de lado o aspecto prático, tão característico das ciências.

## **Capítulo 01**

# **DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS**

---

# IMPLICACIONES JURÍDICAS DE LA IMPLEMENTACIÓN DE CIUDADES INTELIGENTES EN LA UNIÓN EUROPEA Y EN ESPAÑA

## LEGAL IMPLICATIONS OF THE IMPLEMENTATION OF SMART CITIES IN THE EUROPEAN UNION AND SPAIN

DOI: 10.19135/revista.consinter.00011.04

Recibido/Received 03.07.2020 – Aprobado/Approved 29.07.2020

Francisco Javier Durán Ruiz<sup>1</sup> – <https://orcid.org/0000-0001-7587-7593>

E-mail: [fduranr@ugr.es](mailto:fduranr@ugr.es)

**Resumen:** La importancia de las ciudades y su población crecen cada vez más, así como la necesidad de aplicar las TIC en la gestión de las mismas para reducir su impacto ambiental y mejorar los servicios que ofrecen a sus ciudadanos. De ahí surge el concepto de ciudad inteligente, una transformación de los espacios urbanos que están promoviendo con fuerza la Unión Europea y España mediante colaboración público-privada y que en gran parte tiene como base el uso de los datos y su tratamiento mediante técnicas de Big Data e Inteligencia Artificial basadas en algoritmos. Esta investigación analiza los retos a los que se enfrentan los proyectos de ciudades inteligentes en los aspectos técnico y jurídico, centrados estos últimos en el respeto de la Ley de transparencia y de acceso a la información pública, así como a los mencionados algoritmos, a la normativa sobre datos abiertos y la reutilización de los datos o la conciliación del tratamiento masivo de los datos de los ciudadanos con el derecho a la intimidad, no discriminación y protección de datos personales. El uso de Big data que requiere el desarrollo de proyectos de ciudades inteligentes exige un particular respeto de la normativa de protección de datos. En este sentido, la investigación profundiza en los peligros que pueden darse para este derecho fundamental en el marco de las ciudades inteligentes por el uso de Big Data especialmente.

**Palabras-clave:** Ciudades inteligentes, transformación digital, regulación, retos jurídicos, Big data, protección de datos.

**Abstract:** The importance of cities and their populations grow more and more, as well as the need to apply ICT in their management to reduce their environmental impact and improve the services they offer to their citizens. Hence the concept of smart city arises, a transformation of urban spaces that the European Union and Spain are strongly promoting through public-private collaboration and which is largely based on the use of data and its treatment using Big data and Artificial Intelligence techniques based in algorithms. This research analyzes the challenges that smart city projects face in the technical and legal aspects, the latter focusing on respect for the Law on transparency and access to public information and to the algorithms mentioned, the regulations on open data and the reuse of data or the reconciliation of the massive processing of citizens' data with the right to privacy, non-discrimination and protection of personal data. The use of Big data needed for the development of smart city projects requires a particular respect to data protection

---

<sup>1</sup> Profesor Titular de Derecho Administrativo. Universidad de Granada. E-mail: [fduranr@ugr.es](mailto:fduranr@ugr.es)

regulations. In this sense, the research explores in depth the dangers that can arise for this fundamental right in the framework of smart cities due to the use of Big Data, especially.

**Keywords:** Smart cities, digital transformation, regulation, legal challenges, Big data, data protection

**Sumario:** 1. Introducción. Concepto de *Smart city* y mejoras que implica en la gestión urbana. 2. El impulso de la transformación digital de las ciudades desde la Unión Europea. Hacia una UE de *smart cities*. 2.1. Regulación de las ciudades inteligentes por la Unión Europea. 3. Ciudades inteligentes en España: impulso, proyectos, regulación y normas técnicas de estandarización. 4. Implicaciones y retos jurídicos de las ciudades inteligentes. 4.1 Ciudades inteligentes, *Big data* y derecho a la protección de datos personales de los habitantes de la ciudad.

## 1 INTRODUCCIÓN. CONCEPTO DE *SMART CITY* Y MEJORAS QUE IMPLICA EN LA GESTIÓN URBANA

Las ciudades son grandes centros de población que, a medio plazo, se espera que concentren aún más habitantes y porcentaje de la población. Las estimaciones de la ONU consideran que, en la actualidad las ciudades consumen el 78% de la energía mundial y producen más del 60% de las emisiones de gases de efecto invernadero pese a que abarcan menos del 2% de la superficie de la Tierra<sup>2</sup>. En este sentido, resulta fundamental tomar medidas para evitar dicha concentración de emisiones en las ciudades y ya se están tomando a nivel mundial y por la Unión Europea.

El Pacto Verde Europeo<sup>3</sup> plantea que, en 2050, la UE sea “climáticamente neutra”, es decir, no contribuya a las emisiones globales considerada en su conjunto.

---

<sup>2</sup> ONU-Habitat, <https://www.un.org/es/climatechange/cities-pollution.shtml> (recuperado el 20-6-2020).

<sup>3</sup> Comunicación de la Comisión al Parlamento Europeo, al Consejo Europeo, al Consejo, al Comité Económico y Social Europeo y al Comité de las Regiones sobre “El Pacto Verde Europeo”, COM/2019/640 final, aprobada el 11 de diciembre de 2019.

El Pacto Verde Europeo es la respuesta de la UE al cambio climático y medioambiental, así como a los retos sociales que conllevan. Es un complicado reto que requiere la movilización y el apoyo de la ciudadanía y de los gobiernos de todos los países de la UE. Este Pacto impulsa el uso eficiente de los recursos mediante el paso a una economía limpia y circular e incorpora una hoja de ruta con una serie de acciones que la UE propone. Además de ser climáticamente neutra de aquí a 2050, la Unión plantea reducir la contaminación, protegiendo así la vida humana, la fauna y la flora (según los expertos estamos viviendo la sexta extinción masiva con la pérdida acelerada de especies animales, y la primera provocada por los seres humanos. Desde el año 1500 se han extinguido más de 320 vertebrados terrestres y de las especies que sobreviven, su población ha disminuido una media de un 25%); ayudar a las empresas a convertirse en líderes mundiales en productos y tecnologías limpios, ya que en la industria europea se utiliza a día de hoy solo un 12% de materiales reciclados; y contribuir a garantizar una transición justa e integradora. Algunos de los beneficios del Pacto Verde para la ciudadanía en cuanto a bienestar y mejora de la salud serían: menos residuos, al producirse envases reutilizables o reciclables mediante el Plan de Acción de Economía Circular [Comunicación de la Comisión de la Comisión Europea “Cerrar el círculo: un plan de acción de la UE para la economía circular, COM (2015) 614 final, aprobado el 2-12-2015]; alimentos más saludables y respetuosos con el medio ambiente gracias a la reducción de plaguicidas y fertilizantes; fomentar los vehículos no contaminantes, proporcionando más puntos de recarga para coches eléctricos; mejores alternativas de transporte público, ya que el transporte representa un 25% de las emisiones; renovación de viviendas, escuelas y hospitales; reducción de las facturas energéticas de los edificios, que actualmente suponen el 40% del consumo total; mejor calidad del aire, agua y suelo a través de la descarbonización del sector de la energía, que representa más del 75% de las emisiones de gases de efecto

Y en eso tendrá mucho que ver el éxito de los proyectos de ciudades inteligentes o *smart cities* que exponemos en este artículo.

Debido a la creciente tendencia, mencionada anteriormente, de concentración de la población en las ciudades, se hace imprescindible contar con mecanismos y tecnologías que garanticen la sostenibilidad de los desarrollos urbanos, el respeto por el medio ambiente, la utilización racional de los recursos disponibles y el adecuado tratamiento de los residuos generados. Es esencial, por tanto, una apuesta decidida y global por las ciudades inteligentes, para mejorar la prestación de servicios públicos y hacer frente a los retos que, a medio plazo, deben afrontarse a nivel mundial en la gestión de los espacios urbanos.

Como aproximación al concepto, podemos decir que una ciudad inteligente es un lugar en el que las redes y servicios tradicionales se vuelven más eficientes gracias al uso de las tecnologías de la información y la comunicación (TIC) en beneficio de los habitantes de la ciudad, de las empresas y del medio ambiente.

La ciudad inteligente supone ir más allá y superar el uso de las TIC únicamente para hacer un uso más racional de los recursos, lo cual resulta positivo, que duda cabe, al contribuir a la mejora del medioambiente y reducir las emisiones o residuos generados en los grandes espacios urbanos. La puesta en marcha de una auténtica ciudad inteligente supone mucho más: la optimización de las redes de transporte urbano y de la circulación de vehículos y personas, la mejora de servicios esenciales para los ciudadanos como el suministro de aguas, gas o energía, la reestructuración y replanteamiento del urbanismo, llevar a cabo una gestión mucho más eficiente de los residuos urbanos o reducir el consumo energético mediante la apuesta por una iluminación inteligente del dominio público urbano, así como la colaboración público-privada para que este modelo de gestión se implemente en ambos niveles de actuación e incrementar la participación ciudadana tanto en la mejora del modelo como en la gobernanza y transparencia del mismo.

Así, a nivel de gestión la administración en la ciudad inteligente debe simplificarse y digitalizarse, acercándose a los ciudadanos y volviéndose a un tiempo más interactiva, receptiva y participativa. Por otro lado los espacios públicos deben configurarse, además de con criterios ambientales, para que sean seguros y adaptados a las necesidades de las personas (discapacitados o población más envejecida que se está incrementando paulatinamente en las ciudades de la UE, entre otros).

Las ciudades han empezado a aprovechar el internet de las cosas, también denominado *IoT (Internet of Things)*<sup>4</sup> y a utilizar las TIC para crear espacios más

---

invernadero de la UE. Por último, debemos subrayar que el Pacto Verde Europeo no es un brindis al Sol, sino que se acompaña de una importante financiación mediante el Fondo de Transición Justa con el que se calcula que se movilizarán hasta 100.000 millones de euros en inversiones durante el periodo de 2021-2027 en un fondo de transición para convencer a los países que dudan, sobre todo los del Este.

<sup>4</sup> Internet de las cosas ha sido definido por el Comité Europeo de Protección de Datos (antiguo grupo de trabajo del artículo 29), en su Dictamen 8/2014 “sobre la evolución reciente de la Internet de los objetos”, de 16 de septiembre de 2014, como “una infraestructura en la que miles de millones de sensores incorporados a dispositivos comunes y cotidianos “objetos” como tales, u objetos vinculados a otros objetos o individuos) registran, someten a tratamiento, almacenan y transfieren datos y, al estar asociados a identificadores únicos,

eficientes como ya hemos mencionado, y no solo en el aspecto medioambiental, sino también en los aspectos social, económico u operativo. Por otra parte, la ciudad inteligente interactúa con los ciudadanos, de tal forma que la información generada por los propios ciudadanos conectados facilita directamente tanto la organización y gestión de los servicios y procesos cotidianos dirigidos a ellos por parte de las Administraciones públicas como la eficacia y eficiencia de dicha gestión pública, cumpliendo así con tales principios que deben de regirla recogidos tanto en el art 103 de la Constitución Española (eficacia), como en el art. 3 de la Ley 40/2015, de 1 de octubre de Régimen Jurídico del Sector Público (eficacia y eficiencia).

En el sector que mencionábamos anteriormente, relativo a la competencia propia de los municipios en materia de “tráfico, estacionamiento de vehículos y movilidad” (art. 25.2.g de la Ley 7/1985, de 2 de abril, Reguladora de las Bases del Régimen Local, LRBRL en adelante), por ejemplo, pueden establecerse aparcamientos inteligentes, gestionados de forma automática a través de inteligencia artificial (IA) y procesos de *machine learning* (ML). El Ayuntamiento del municipio gestionaría, de manera automática y gracias a la información proporcionada tanto por los propios ciudadanos conectados como por las tecnologías implantadas en dicha ciudad o por los datos proporcionados por los vehículos inteligentes y conectados, las plazas de aparcamiento disponibles, de forma que los vehículos puedan distribuirse entre los distintos aparcamientos disponibles en la ciudad de forma mucho más eficiente. Los trayectos recorridos por los vehículos serían de este modo mucho más cortos y directos, reduciendo el consumo de combustible y por ende las emisiones y la contaminación, con beneficio particular y social; y disminuyendo al mismo tiempo el volumen y la congestión del tráfico, el nivel de contaminación acústica (aunque, en el caso de los vehículos eléctricos este ya es prácticamente inexistente); o reduciendo los tiempos de desplazamiento de los ciudadanos, permitiendo una mejor conciliación de su vida laboral y personal.

Otro ejemplo similar, en cuanto a la mejora de la gestión de la movilidad y el tráfico en las vías urbanas, sería la implantación en la ciudad de semáforos inteligentes. Semáforos que se pongan en funcionamiento en función del número concreto de vehículos y peatones, agilizando el tráfico y reduciendo el consumo energético. Lo mismo puede decirse en cuanto a la iluminación del espacio urbano con un alumbrado inteligente (el alumbrado público es uno de los servicios que deben prestar, en todo caso, los municipios, según establece el art. 26.1.a de la LRBRL), en que las farolas o luminarias de la localidad se encenderían únicamente en caso de que algún ciudadano

---

interactúan con otros dispositivos o sistemas haciendo uso de sus capacidades de conexión en red”. En palabras de GONZÁLEZ DE ALEDO CASTILLO, se trata, en definitiva “*de una serie de sensores incorporados a dispositivos u objetos de la vida cotidiana de las personas que, conectados a internet y/o entre sí, permiten el intercambio y la interacción de diferentes datos que hacen posible la generación de información que puede resultar de utilidad tanto para el propietario de dichos datos como para el resto de intervinientes en la cadena – fabricantes de dispositivos, desarrolladores de aplicaciones, proveedores de servicios de internet, etc.-*”, GONZÁLEZ DE ALEDO CASTILLO, Ignacio, “Internet de las cosas”, en RECUERDA GIRELA, Miguel Ángel, *Tecnologías disruptivas. Regulando el furo*, Cizur Menor (Navarra), Thomson Reuters Aranzadi, 2019, p. 331.



pase por la zona concreta, evitando un gasto innecesario de luz en caso de farolas encendidas, pero innecesarias durante largas horas, permitiendo un importante ahorro energético y económico con la consiguiente reducción de la contaminación asociada a la generación eléctrica, aun mayoritariamente realizada mediante fuentes no renovables y contaminantes o generadoras de residuos difíciles de tratar.

En una ciudad inteligente en la que los autobuses y/o el metro (recordemos que el servicio de transporte colectivo urbano de viajeros deben prestarlo todos los municipios con población superior a 50.000 habitantes según el art. 26.1.d LRBRL) estén coordinados tanto a nivel interno como con los ciudadanos, puede saberse en tiempo real no solo el estado del tráfico y el tiempo de espera como ya sucede en muchas ocasiones en que existe señalización al respecto en las paradas, sino incluso el número de viajeros, la necesidad de detenerse o no en cada parada o incluso la necesidad de que un autobús o metro salga de la estación o realice un determinado trayecto en función de si hay viajeros esperándolo o no. Tal información puede suponer no solo una reducción importante de costes en el sector del transporte público, sino una considerable mejora en cuanto a su eficiencia y una vez más un beneficio medioambiental considerable al disminuir la frecuencia y/o el número de usos de los vehículos públicos y el consumo de combustible o electricidad de los mismos.

Otra posible caso de uso de TICs para la mejora de los servicios públicos de una ciudad inteligente puede ser el relativo a la gestión del agua por parte del municipio (que debe prestar, independientemente de su población, los servicios de abastecimiento domiciliario de agua potable y alcantarillado, según el art. 26.1.a de la LRBRL). Mediante la implementación de dispositivos que midan los caudales del suministro domiciliario de agua y detecten en función de los mismos fugas en las redes de suministro, podrían repararse de manera rápida (o automatizarse también dicha reparación con materiales inteligentes ya existentes); igualmente sensores de presión del agua u otros pueden detectar fallos en la red de alcantarillado y ayudar a gestionarla mejor o incluso a evitar inundaciones; o pueden implantarse también sistemas de riego inteligente para los parques públicos que reduzcan el consumo de agua y garanticen su mantenimiento en buen estado.

Un último ejemplo, entre muchos otros que podríamos plantear, sería la recogida de residuos, servicio que también deben prestar todos los municipios de conformidad con el art. 26.1.a de la LRBRL. La instalación de contenedores de residuos inteligentes permitiría recogerlos únicamente cuando resulte necesario, evitando en ocasiones la acumulación de residuos con el riesgo medioambiental y sanitario asociado o la recogida de contenedores que se encuentran por debajo de su capacidad real, aumentando el consumo de combustible y provocando un uso ineficiente de los recursos públicos, en definitiva.

Son muchas las funcionalidades que hacen que una ciudad pueda ser considerada inteligente y convertirse en *smart city* es una tendencia en auge en las principales capitales del mundo. La Unión Europea trata de no perder el tren de estas innovadoras iniciativas, como veremos a continuación.

## 2 EL IMPULSO DE LA TRANSFORMACIÓN DIGITAL DE LAS CIUDADES DESDE LA UNIÓN EUROPEA. HACIA UNA UE DE *SMART CITIES*

De acuerdo con el Parlamento Europeo<sup>5</sup>, las ciudades inteligentes pueden ser identificadas y clasificadas de acuerdo con seis ejes o dimensiones principales: *smart governance*, *smart economy*, *smart mobility*, *smart environment*, *smart people*, y finalmente, *smart living*. Por lo tanto, en palabras de Villarejo Galende<sup>6</sup>, “una ciudad puede ser definida como ‘inteligente’ cuando las inversiones en capital humano y social y en infraestructuras de transporte y TIC contribuyen al desarrollo económico sostenible y a mejorar la calidad de vida, con una gestión racional de los recursos naturales, a través de un gobierno participativo”.

Ya en 2012, la Comisión Europea puso en marcha una iniciativa específica para el desarrollo de las ciudades inteligentes denominada “Ciudades Inteligentes y Comunidades-Asociación Europea para la Innovación”, aportando 365 millones de euros para ideas innovadoras y proyectos en el ámbito de la energía, el transporte y las TIC en las zonas urbanas y demostrando el compromiso europeo con la sostenibilidad de sus ciudades.

Más recientemente, en enero de 2020, la Unión Europea ha publicado la declaración “Join, boost, sustain” (unir, potenciar, sostener) o “Join forces to boost sustainable digital transformation in cities and communities in the EU” para sentar las bases del camino hacia la transformación digital de las ciudades europeas. Se trata de una iniciativa firmada por representantes de ciudades de la UE y apoyada por el Comité de Regiones y la Comisión Europea.

La declaración parte de un momento en el que las ciudades y comunidades de la Unión Europea hacen frente a un número de desafíos cada vez mayor y se unen para ello<sup>7</sup>. Plantea afrontar estos retos mediante soluciones digitales basadas en datos generados a escala local, imprescindibles para ofrecer mejores servicios en ámbitos como la movilidad, los servicios públicos y la eficiencia energética, subrayando la necesidad de cooperación entre los diferentes actores implicados (a través de una gobernanza multinivel en la UE) en el impulso de la innovación, permitiendo a los ciudadanos ser el centro de políticas públicas que ofrezcan servicios eficientes y rentables. Insiste en la necesidad de una inversión pública y privada suficiente en servicios digitales, tecnologías, infraestructuras y capacidades con el fin de lograr este objetivo, para garantizar el liderazgo tecnológico en la UE (en palabras de la declaración, puesto que a nivel global no existe tal liderazgo en la

---

<sup>5</sup> Parlamento Europeo. “Mapping Smart cities in the EU”, documento elaborado por la Dirección General para políticas internas del Parlamento Europeo en enero de 2014, p. 19. Disponible en <[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/etudes/join/2014/507480/IPOL-ITRE\\_ET\(2014\)507480\\_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/etudes/join/2014/507480/IPOL-ITRE_ET(2014)507480_EN.pdf)> (consultado el 21.06.2020).

<sup>6</sup> VILLAREJO GALENDE, Helena, “Smart cities, una apuesta de la Unión Europea para mejorar los servicios públicos urbanos”, *Revista de Estudios Europeos* n. 66, enero-junio, 2015, p. 25.

<sup>7</sup> Algunas iniciativas europeas en este sentido son, EURO CITIES-red de grandes ciudades europeas; Ciudades inteligentes abiertas y ágiles (Open and Agile Smart Cities – OASC); o la Red europea de laboratorios vivientes (European Network of Living Labs – ENOLL).

actualidad) y respetar a un tiempo los valores y la diversidad europeos, así como los derechos digitales de las personas. Incluye en este sentido compromisos claros como la creación de un plan de inversión conjunto centrado en soluciones digitales; la creación de una normativa centrada en garantizar la interoperabilidad de los datos y plataformas entre ciudades; y la superación de la brecha digital prometiendo proporcionar a todos los ciudadanos las competencias digitales que necesitan para poder beneficiarse de los servicios y soluciones que ofrecen la ciudades inteligentes<sup>8</sup>.

Es importante, como subraya la declaración, que el público confíe en los sistemas que se implanten en las ciudades inteligentes, para lo cual los datos deben utilizarse de manera responsable a través de plataformas digitales que garantice la calidad, seguridad y privacidad de dichos datos recabados y tratados para el mejor funcionamiento de las ciudades. En este sentido, el núcleo de la declaración es la implantación y expansión de plataformas abiertas, interoperables, intersectoriales y transfronterizas, como medio para impulsar la transformación digital. Se quiere dotar de garantías a la soberanía tecnológica en la UE, y promover la creación conjunta de soluciones digitales para evitar que tecnologías específicas dispares y dispersas aislen y bloqueen las ciudades europeas.

Existen actualmente numerosas iniciativas europeas orientadas a potenciar la digitalización de las ciudades y abordar con éxito la transformación de estas en ciudades inteligentes, como las que lleva a cabo la Asociación Europea de Innovación sobre Ciudades y Comunidades Inteligentes (EIP-SCC), la asociación de Transición Digital de la Agenda Urbana para la UE, o los proyectos Horizonte 2020, así como las iniciativas mencionadas incluidas en el Pacto Verde Europeo.

En el caso de Horizonte 2020, Octavo Programa Marco europeo para la investigación y el desarrollo tecnológico (H2020)<sup>9</sup> se trata de un programa que financia proyectos de investigación e innovación de diversas áreas temáticas en Europa, con un presupuesto de casi 80.000 millones de euros para el período 2014-2020. Da cabida tanto a investigadores, empresas y centros tecnológicos como a entidades públicas, y se integran en él todas las fases de un proyecto, desde la fase de generación del conocimiento hasta la transferencia del mismo hacia actividades más cercanas al mercado. No obstante, al tratarse de proyectos y soluciones fragmentadas, el resultado e impacto de las mismas es limitado y se hace necesario desarrollar soluciones globales e integradoras de ciudades inteligentes, que aúnen bajo consumo de carbono y eficiencia energética con la participación ciudadana y la transparencia en la gestión.

En este sentido, adquiere plena vigencia el movimiento "Join, boost, bustain" mencionado, y su objetivo de apoyar la creación y ampliación de plataformas digitales y soluciones digitales abierta en toda la UE, que tengan como características ser interoperables, intersectoriales y transfronterizas.

La mencionada Asociación Europea de Innovación sobre Ciudades y Comunidades Inteligentes (EIP-SCC), que se creó en 2012 y desde entonces ha contribuido a reunir a las partes interesadas en seis grupos de acción y a generar

<sup>8</sup> Tal como recoge el Dictamen del Comité de las Regiones "Una Europa digital para todos: promover soluciones inteligentes e integradoras sobre el terreno"(2020/C 39/18), de 05.02.2020.

<sup>9</sup> Pueden consultarse los datos de los proyectos y financiación del Programa Horizonte 2020 en <<https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/opportunities/portal/screen/opportunities/horizon-dashboard>>

convocatorias para proyectos denominados *Smart Cities Lighthouse*<sup>10</sup> en el marco del programa Horizonte 2020, es reflejo de este esfuerzo de la UE para maximizar la eficiencia y la flexibilidad mediante la interoperabilidad y la estandarización, como primer paso relevante hacia una futura política de la Unión Europea sobre ciudades.

Para 2050, dos tercios de la población mundial vivirá en ciudades y en Europa, casi el 75% de la población vive en la actualidad en núcleos urbanos de diferentes tamaños, siendo las ciudades europeas grandes contribuyentes al consumo energético y a las emisiones de gases contaminantes como hemos subrayado, por lo que resulta fundamental minimizar su impacto climático. No podemos obviar, por otra parte, que las ciudades son los principales motores de la economía de la Unión, y las principales responsables de creación de vías crecimiento y generación de empleo. En este sentido, las iniciativas de la UE se encaminan a promover áreas urbanas más atractivas y competitivas, más saludables y sostenibles para vivir, que integren la protección medioambiental y la lucha contra el cambio climático. Las iniciativas que se están implementando son muy numerosas y diversas. Algunos sectores en los que se han logrado avances destacables son el área de *Smart Grid* (redes inteligentes), eficiencia energética y la digitalización del sector del agua.

En relación a las redes inteligentes, el grupo de trabajo de *Smart Grid* se encuentra estudiando la posibilidad de establecer un formato común para el intercambio de datos de energía a nivel de la UE como base para un marco de interoperabilidad. En cuanto a la eficiencia energética, la UE ha definido un indicador del nivel de preparación para edificios inteligentes, cuyo objetivo es medir la capacidad de los edificios para utilizar tecnologías digitales y sistemas electrónicos para optimizar el funcionamiento e interactuar con la red.

Por su parte, el Comité Económico y Social europeo ha elaborado un Dictamen<sup>11</sup>, en el que, entre otras cuestiones, establece la necesidad de llevar a cabo la integración de los siguientes pilares fundamentales para alcanzar un modelo más avanzado y eficaz de las ciudades inteligentes:

- tecnologías e instrumentos para la eficiencia energética e integración de fuentes renovables;
- difusión de plataformas tecnológicas y de conectividad para crear los nuevos sistemas de servicios digitales;
- nuevos servicios digitales para mejorar la calidad de vida y laboral de ciudadanos y empresas;
- modernización de las infraestructuras urbanas y rediseño urbano;
- educación y formación de los ciudadanos, las empresas y el sector público en materia de competencias digitales;
- un modelo de sostenibilidad económica y financiera para las inversiones.

---

<sup>10</sup> Pueden consultarse dichos proyectos en la web del “EU Smart cities Information Cities” disponible en: <<https://smartcities-infosystem.eu/>>

<sup>11</sup> Dictamen del Comité económico y social europeo sobre el “Las ciudades inteligentes como motor de una nueva política industrial europea (Dictamen 2015/C 383/05).

## 2.1 Regulación de las Ciudades Inteligentes por la Unión Europea

Las instituciones públicas tienen un papel fundamental a la hora de impulsar los nuevos desarrollos y generar nuevas oportunidades para las empresas en el sector de las ciudades inteligentes o *smart cities*. Evidentemente a este respecto el papel de la UE es fundamental, por el alcance de su regulación y las posibilidades que tiene de armonizar las legislaciones de sus Estados miembros en muchos de los aspectos relacionados con las ciudades inteligentes, así como la capacidad, que hemos comprobado, de financiar las iniciativas que pone en marcha. El ámbito internacional que la UE supone y el entendimiento de su papel en este proceso, implican abrir oportunidades a nivel internacional a las empresas que tengan productos y servicios innovadores y valiosos a nivel de la Unión.

Consideramos, pues que las dos funciones principales de la UE en relación con las ciudades inteligentes son promover y financiar iniciativas que faciliten el desarrollo de proyectos en este ámbito, como hemos visto en el apartado anterior, y en segundo lugar la función de armonización o de coordinación de la legislación de los Estados miembros para hacer posible esta realidad.

Solo con intervención de la UE podrá crearse un marco legal homogéneo que facilite un modelo homologable de ciudad inteligente en todo su territorio. El principal instrumento normativo vinculante para los Estados miembros con vistas a lograr este objetivo son las Directivas, pero también otros mecanismos como Reglamentos (para establecer directrices comunes de homologación de determinados productos o tecnologías, cuestión especialmente importante en el ámbito de la aplicación del *internet de las cosas* o el *Big data*, aspectos en los que la normativa europea ya se encuentra avanzada, como veremos), creación de seminarios o grupos de trabajo para compartir ideas mediante la publicación de Libros Blancos/White papers<sup>12</sup>, etc.

El beneficio más inmediato de esta política es que crea un gran mercado interno que incrementa el atractivo de negocio de la UE y a ello se orienta como veremos el Mercado Único Digital o *Digital Single Market* como iniciativa paralela de la UE. Un ejemplo de esta acción es el Marco Europeo de Referencia para la Ciudad Sostenible (RFSC)<sup>13</sup>, una herramienta o aplicación web diseñada para permitir que todas las ciudades europeas dispongan de un marco conceptual común a la hora de valorar y planificar políticas orientadas al desarrollo y la sostenibilidad, campos en los que el sector de las ciudades inteligentes es un actor fundamental. El Marco define detalladamente 30 objetivos de sostenibilidad para las ciudades europeas, y proporciona herramientas *online* para que agentes públicos y privados puedan evaluar la situación de sus ciudades en relación a esos objetivos. Entre ellos podemos destacar:

---

<sup>12</sup> Los Libros Blancos de la Comisión Europea son documentos que contienen propuestas de acciones de la Unión Europea en un campo específico. A veces constituyen una continuación de los Libros Verdes publicados, cuyo objetivo es iniciar un proceso de consultas a escala de la UE. El propósito de los Libros Blancos es iniciar un debate con el público, las partes interesadas, el Parlamento Europeo y el Consejo con el fin de alcanzar un consenso político. El Libro Blanco de la Comisión de 1985 para la realización del mercado interior es un ejemplo de proyecto que fue aprobado por el Consejo y dio lugar a la aprobación de una legislación de amplio alcance en este campo.

<sup>13</sup> *Vid.* <<http://rfsc.eu/>> en relación a esta aplicación en línea.

- Dimensión espacial: planificación urbanística sostenible, equidad espacial, movilidad sostenible, resiliencia territorial, preservación del patrimonio, espacios públicos de calidad.
- Dimensión gubernativa: procesos de mejora continua, participación ciudadana...
- Dimensión social: inclusión, equidad, acceso a la vivienda...
- Dimensión económica: crecimiento verde, resiliencia económica local, consumo y producción sostenibles...
- Dimensión ambiental: mitigar el cambio climático, adaptarse al cambio climático, reducir la polución, conservar los recursos...

### 3 CIUDADES INTELIGENTES EN ESPAÑA: IMPULSO, PROYECTOS, REGULACIÓN Y NORMAS TÉCNICAS DE ESTANDARIZACIÓN

Los proyectos de *smart cities* apoyados por la UE se extienden también al caso de España. Uno de los ejemplos paradigmáticos la ciudad de Santander, considerada un estandarte en lo que a *smart cities* se refiere y que tiene implantados, gracias al proyecto “SmartSantander”, encuadrado dentro del programa marco de la Comisión Europea bajo la iniciativa FIRE (*Future Internet Research and Experimentation*<sup>14</sup>), 12000 sensores de todo tipo: medioambientales, de iluminación, de aparcamiento, etc., que permiten mejorar los servicios públicos que se ofrecen y se prestan a los ciudadanos mediante el recabo de información de dichos sensores y de los propios ciudadanos, con un destacado ahorro económico y energético.

De acuerdo con el Plan Nacional de Ciudades Inteligentes de Julio 2015, en su Versión 2<sup>15</sup>, en consonancia con el informe citado del Parlamento Europeo “Mapping Smart Cities in the EU”, se considera que una ciudad es inteligente si tiene al menos una iniciativa que aborde una o más de las características a que nos referimos de *smart governance*, *smart economy*, *smart mobility*, *smart environment*, *smart people*, y finalmente, *smart living*.

Asimismo, la Unión Europea ha cofinanciado, a través de su Fondo Europeo de Desarrollo Regional (FEDER), proyectos de ciudades e islas inteligente en España, que han permitido desarrollar proyectos de ciudades inteligentes en Alicante, Cáceres, Córdoba, Gijón, Las Palmas de Gran Canaria, Lugo, Murcia, Palencia, Zaragoza, Madrid, A Coruña, Santiago de Compostela, Ponferrada, Santander, Segovia, Valencia, Valladolid, Granada, Huelva, Sevilla, Toledo; Badajoz, la comarca de la Costa del Sol, Alcalá La Real, Lepe, Martos, Valdepeñas, Almendralejo, Villanueva de la Serena, El Hierro, Fuerteventura o Mallorca<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Disponible en: <[www.smartsantander.eu](http://www.smartsantander.eu)>.

<sup>15</sup> Plan Nacional de Ciudades Inteligentes. Julio 2015 / Versión 2. Disponible en: <[https://www.plantillob.es/planes-actuaciones/BibliotecaCiudadesInteligentes/Detalle%20del%20Plan/Plan\\_Nacional\\_de\\_Ciudades\\_Inteligentes\\_v2.pdf](https://www.plantillob.es/planes-actuaciones/BibliotecaCiudadesInteligentes/Detalle%20del%20Plan/Plan_Nacional_de_Ciudades_Inteligentes_v2.pdf)> (consultado el 29.06.2020).

<sup>16</sup> Véanse en: <<https://www-red-es.insuit.net/redes/es/que-hacemos/ciudades-inteligentes/proyectos-en-ciudades>>. Algunos de los proyectos financiados por los Fondos Feder relativos a estas ciudades españolas.

El Gobierno de España participa en estos proyectos a través del Ministerio de Asuntos Económicos y Transformación Digital y *red.es*, una de las entidades públicas en la implantación de ciudades inteligentes en España que actualmente ejecuta la convocatoria de proyectos de ciudades e islas inteligentes, una parte esencial del Plan Nacional de Ciudades Inteligentes, dotado de un presupuesto de 188 millones de euros y cuyo objetivo es mejorar la eficacia y eficiencia de las entidades locales en la prestación de servicios públicos a través de las TIC y avanzar en el sistema de ciudad y destino turístico inteligente<sup>17</sup>.

Como se ha visto, el concepto de ciudad inteligente comprende múltiples aspectos, vinculados en cuanto a su finalidad pero muy diversos en cuanto a la normativa que los regula. Sin ánimo de exhaustividad, si analizamos la ciudad inteligente tendremos que profundizar en aspectos como la protección de datos personales, el mercado único digital, los datos abiertos, la contratación pública, el uso de la inteligencia artificial y su impacto en la toma de decisiones, el impacto de las TIC en nuestro actual modelo de democracia liberal, la participación ciudadana, el concepto de ciudad accesible y la inclusión de las personas con discapacidad o la administración digital.

En este sentido, el concepto de *smart city* como expone VELASCO RICO<sup>18</sup> puede considerarse un fenómeno transversal que puede, y debe, ser abordado desde múltiples ramas del conocimiento. Defiende esta autora que, pese a que el concepto no sea jurídico y tenga unos perfiles poco definidos “*para los estudiosos del Derecho Administrativo, permite ampliar los límites de la disciplina, en el sentido que las ciudades inteligentes invitan al Derecho Administrativo a actuar en escenarios escasamente explorados o incluso inexistentes antes de esta nueva experimentación. En definitiva, el concepto de ciudades inteligentes acerca al Derecho administrativo al universo de las políticas públicas*”. Considera que se está imponiendo una visión tecnocrática en este ámbito que se fundamenta en la consideración de que las políticas que se basan en datos actualizados son más inteligentes y que la ciudad es un espacio que se puede dirigir en tiempo real mediante el uso de las TIC y el *cloud computing*. Compartimos, no obstante su opinión de que “*Esta visión tecnocrática no puede oscurecer la importancia de los derechos de los ciudadanos en dicho entorno, y, justamente, el papel del Derecho Administrativo y de sus instituciones y categorías juega un papel central en la tutela y garantía de aquellos*”<sup>19</sup>.

Además de los aspectos jurídicos, algunos de los cuales abordaremos a continuación, resulta necesario una homogeneización o al menos una interoperabilidad o compatibilidad de los proyectos de ciudad inteligente, ya que las primeras experiencias adolecían de heterogeneidad y una dimensión insuficiente de los proyectos<sup>20</sup>. Es

---

<sup>17</sup> Véase, a este respecto, la web del Plan Nacional red.es <<https://www.red.es/redes/es/que-hacemos/ciudades-inteligentes>>.

<sup>18</sup> VELASCO RICO, Clara Isabel, “La ciudad inteligente: entre la transparencia y el control”, *Revista General de Derecho Administrativo*, n. 50, enero 2019. Disponible en: <[https://www.iustel.com/v2/revistas/detail\\_e\\_revista.asp?id\\_noticia=421181](https://www.iustel.com/v2/revistas/detail_e_revista.asp?id_noticia=421181)>.

<sup>19</sup> *Ibidem*.

<sup>20</sup> Según el Informe de AENOR “Normalización en ciudades inteligentes-España (CTN 1978), p. 3. Disponible en: <<https://portal.aenormas.aenor.com/descargasweb/normas/aenor-Spanish-standardization-on-Smart-Cities-CTN-178.pdf>>.

imprescindible, pues la estandarización, y en este sentido en España, las iniciativas en materia de ciudad inteligente deben ajustarse a las normas desarrolladas por el Comité Técnico de Normalización de AENOR – AEN/CTN 178 “Ciudades Inteligentes”<sup>21</sup>, que ha aprobado a día de hoy más de una treintena de normas técnicas de estandarización en cinco ámbitos de las *smart cities*: infraestructuras, indicadores y semántica, gobierno y movilidad y energía y medio ambiente<sup>22</sup>. Los 300 expertos que forman parte del Comité CTN, pertenecientes a las diferentes Administraciones Públicas implicadas, a la industria de este sector y a entidades asociativas públicas y privadas representativas de intereses diversos se agrupan en 25 grupos de trabajo pertenecientes a cinco subcomités responsables de la normalización en cada uno de los ejes temáticos analizados.

La colaboración público-privada es patente en este ámbito, pues el liderazgo del Comité CTN 178 parte de la iniciativa pública pero el Comité en sí forma parte de UNE, asociación de base privada. Por otra parte, las normas técnicas de estandarización que aprueba el Comité son una suerte de *softlaw*, en ausencia de normativa reguladora expresa en materia de proyectos de ciudad inteligente. Debemos recordar aquí que las normas de estandarización aprobadas por los Comités de la UNE son de cumplimiento voluntario, si bien en determinados ámbitos la legislación sectorial o las Administraciones públicas pueden exigir su cumplimiento. Se opta en este sentido por la colaboración entre lo público y lo privado en el desarrollo de las ciudades inteligentes como la mejor forma de avanzar en este ámbito en lugar de por la regulación estricta desde el sector público<sup>23</sup>.

#### 4 IMPLICACIONES Y RETOS JURÍDICOS DE LAS CIUDADES INTELIGENTES

El desarrollo de ciudades inteligentes puede traer consigo una serie de implicaciones jurídicas que es importante tener en cuenta:

a) Las técnicas de *Big data* e Inteligencia Artificial y la normativa de protección de datos de carácter personal (nos remitimos en este sentido al apartado 4.1)

b) La normativa sobre Administración electrónica. En este sentido debemos tener en cuenta que, con tras la aprobación de las leyes 39/2015, de 1 de octubre, de Procedimiento Administrativo Común, y 40/2015, de 1 de octubre, de Régimen Jurídico del Sector Público, el uso de medios electrónicos es el instrumento principal de gestión de los datos y de la información por las Administraciones Públicas, quedando el papel y los trámites “físicos” cada vez más relegados. La actual situación de teletrabajo y cierre de hecho de las sedes físicas de las Administraciones públicas

---

<sup>21</sup> Su creación en 2012 se debió a la entonces Secretaría de Estado de Telecomunicaciones y para la Sociedad de la Información (SETSI). El Comité se creó en el seno de la Asociación Española de Normalización y Certificación AENOR, cuya actividad ha asumido en la actualidad la Asociación Española de Normalización, UNE, entidad privada de base asociativa.

<sup>22</sup> Véase la web de la UNE. Comité CTN 178 – Ciudades Inteligentes, <<https://www.une.org/encuentra-tu-norma/comites-tecnicos-de-normalizacion/comite?c=CTN%20178>>.

<sup>23</sup> *Vid.* por ejemplo, los convenios entre La red Española de Ciudades Inteligentes <[www.reddecuidadesinteligentes.es](http://www.reddecuidadesinteligentes.es)> (asociación privada formada por representantes de las ciudades inteligentes españolas y de la FEMP-Federación Española de Municipios y Provincias) con la entidad pública red.es.



causada por el estado de alarma y el confinamiento declarados a raíz de la pandemia del virus covid19, acentúa y acelera la importancia y el avance de la Administración electrónica.

El proceso no está exento de dificultades y ha evidenciado errores graves en su funcionamiento y desarrollo, pero una vez culminada la implantación de los medios tecnológicos requeridos será posible acceder de manera inmediata y automatizada a los datos que se generen en relación con cualquier trámite o gestión que realice un ciudadano ante las Administraciones Públicas, siempre respetando la normativa sobre protección de datos. La información así generada debe respetar los estándares establecidos para facilitar su reutilización y los sistemas de almacenamiento y gestión deben ser interoperables como base fundamental para el buen funcionamiento y avance de las ciudades inteligentes.

c) Transparencia: las ciudades inteligentes deben someterse igualmente a la disposiciones sobre transparencia y acceso a la información del sector público, especialmente a la Ley 19/2013, de 9 de diciembre, de Transparencia, Acceso a la Información Pública y Buen Gobierno. No se puede reutilizar la información y los datos, base como hemos comentado de la ciudad inteligente, si no se puede acceder a ellos. La normativa reguladora de la transparencia y el derecho de acceso a la información pública es la base y la garantía del acceso a los datos que necesita la ciudad inteligente.

d) Reutilización de datos/información: los proyectos de ciudad inteligente deben adaptarse también a la normativa sobre la reutilización de la información del sector público: Ley 37/2007, de 16 de noviembre, sobre reutilización de la información del sector público. Para ello es necesario que los datos sean abiertos<sup>24</sup> y reutilizables. El problema es que, mientras que los municipios pueden imponer a sus entes instrumentales y a las empresas adjudicatarias obligaciones de apertura de datos mediante las prescripciones técnicas de los contratos, no puede hacer lo mismo con los actores privados implicados en los proyectos de ciudad inteligente, principalmente empresas tecnológicas y consultoras. En este sentido Valero Torrijos opina que en cuestiones concretas como el cumplimiento de los estándares de reutilización o las obligaciones de datos abiertos, sería necesario ampliar el ámbito subjetivo de las normas administrativas ya sea modificándolo directamente, ya sea extendiéndolo a través de cláusulas contractuales. Esto cuando haya relación jurídica entre la administración municipal y los sujetos privados en la ciudad inteligente, cuando no sea así deberá recurrirse a fórmulas de colaboración u otras técnicas de *open government* que propicien la accesibilidad o la cesión de datos para su tratamiento por terceros<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Vid. en relación al marco normativo aplicable a las ciudades inteligentes desde la perspectiva de los datos abiertos el Informe “Datos abiertos y ciudades inteligentes: una visión alternativa desde el Derecho”, del Ministerio de Hacienda y Función Pública, Ministerio de Energía, Turismo y Agenda Digital, red.es y la iniciativa “aporta” de julio de 2017. Disponible en: <[https://datos--gob--es.insuit.net/sites/default/files/doc/file/informe\\_datos\\_abiertos\\_y\\_ciudades\\_inteligentes.pdf](https://datos--gob--es.insuit.net/sites/default/files/doc/file/informe_datos_abiertos_y_ciudades_inteligentes.pdf)> (consultado el 30.06.2020).

<sup>25</sup> VALERO TORRIJOS, J. “La innovación tecnológica al servicio de la transparencia en la contratación pública. La Plataforma PLAN como ejemplo del cambio de paradigma”, en GUERRERO MANSO, Carmen (Coord.) y GIMENO FELIÚ, José María (Dir.), *Observatorio de los contratos públicos 2017*, pp. 447 y ss.

e) Participación ciudadana<sup>26</sup>: las ciudades inteligentes se basan en los datos, a partir de los cuales se gestiona la ciudad tomando decisiones con técnicas de *Big data* e Inteligencia Artificial basadas en algoritmos. Existen numerosos problemas éticos, legales y políticos derivados de la creación y utilización de estos algoritmos. Es importante que el principio de transparencia se amplíe también a los algoritmos, y que no se produzca una confianza ciega en los mismos por su “base científica”, ya que están programados por personas que pueden tener sesgos (de discriminación por raza, etnia, condición sexual, etc.) que ni siquiera ellos conocen y que pueden acabar trasladándose al algoritmo. Resulta fundamental que los ciudadanos no solo tengan acceso a los datos públicos, sino que también puedan participar y tengan acceso al diseño y control de los algoritmos sobre la base de los cuales se van, por ejemplo, a elaborar perfiles de los propios ciudadanos y tomar decisiones basadas en dichos perfiles. A este respecto, el artículo 22 del Reglamento (UE) del Parlamento Europeo y del Consejo de 27.04.2016, relativo a la protección de las personas físicas en lo que respecta al tratamiento de datos personales y a la libre circulación de estos datos y por el que se deroga la Directiva 95/46/CE (Reglamento general de protección de datos o RGPD, en lo sucesivo), bajo el título de “Decisiones individuales automatizadas, incluida la elaboración de perfiles”, impide que puedan adoptarse decisiones con efectos jurídicos o con efectos similares sobre las personas de forma automatizada basándose en perfiles y sin intervención humana, al establecer que: “1. *Todo interesado tendrá derecho a no ser objeto de una decisión basada únicamente en el tratamiento automatizado, incluida la elaboración de perfiles, que produzca efectos jurídicos en él o le afecte significativamente de modo similar.*”

Vemos que una de las implicaciones jurídicas que más preocupación causa en cuanto a las ciudades inteligentes es la relacionada con la privacidad de los ciudadanos, que pueden ver mermada su intimidad o la protección de su esfera más personal o familiar por el control que las ciudades puedan hacer sobre sus datos para el correcto desarrollo de esa *smart city*.

Un caso que en mi opinión vulnera claramente los derechos de los ciudadanos a la intimidad, privacidad, libertad personal, protección de datos personales y no discriminación es el “sistema de crédito social” de China, que ya se encuentra en funcionamiento<sup>27</sup>. Este sistema otorga una puntuación a cada ciudadano en función de sus hábitos cívicos, su estilo de vida, las páginas web por las que navega, lo que

---

<sup>26</sup> Nos remitimos en este apartado a las interesantes reflexiones de VELASCO RICO, Clara Isabel, “La ciudad inteligente (...)”, *cit.*

<sup>27</sup> Estos castigos ya se están produciendo en la práctica. Por ejemplo, a 12 millones de chinos ya se les ha prohibido de comprar billetes domésticos de avión y tren. El problema es que, aunque los castigos y represalias son conocidas, el funcionamiento del algoritmo que determina la posición de un individuo en la escala social es incierto, uniendo al problema de la vulneración de derechos la inseguridad jurídica para los ciudadanos y mostrando como las TIC pueden usarse, como cualquier herramienta humana, de forma ambivalente aportando libertad y mejoras en la vida cotidiana de las personas o todo lo contrario (OLLERO, Daniel J. Elmundo.es “Comunismo por puntos: China activa una tecnología para medir el ‘valor social’ de cada ciudadano”, 31-10-2018), disponible en <<https://www.elmundo.es/tecnologia/2018.10.31/5bd8c1bfe2704e526f8b4578.html>>. Vid también DUBOIS de PRISQUE, E., “Le système de crédit social chinois. Comment Pékin évalue, récompense et punit sa population”, *Futuribles*. n. 434, 2020, pp. 27-48.

compra en internet y otras variables como sus infracciones de tráfico. La puntuación obtenida marca la posición de los ciudadanos en la escala social del país de modo que, aquellos con un crédito alto, tendrán derecho a un trato preferente por parte de la Administración. Por el contrario, aquellos con una puntuación baja, enfrentan represalias como la imposibilidad de acceder a determinados puestos de trabajo, la prohibición de comprar billetes de tren o avión, de alojarse en los mejores hoteles, de que sus hijos vayan a un buen colegio o, incluso, que el estado les quite a sus mascotas. Todo eso además de ser incluidos en listas negras públicas de malos ciudadanos. El sistema crédito social de China es posible gracias a la combinación e integración de varias tecnologías de *Big data*, reconocimiento facial y la monitorización de internet en un entorno cuyas libertades no son comparables a los de una democracia occidental y con la ayuda por más de 600.000 cámaras de vigilancia con inteligencia artificial. La mayor parte de los datos que otorgan la puntuación de cada ciudadano en el sistema de crédito social proviene de los historiales de internet de los propios ciudadanos chinos, aunque también se tienen en cuenta factores económicos tales como retrasos en el pago de facturas o sanciones administrativas y/o penales que castigaban comportamientos incívicos.

Una ciudad inteligente funciona normalmente través de aplicaciones móviles que, desarrolladas por el organismo público que gestiona la misma (en España normalmente será el Ayuntamiento) permite a los usuarios compartir información sobre la ciudad en la que habitan para que dicha información se transforme en datos útiles que permitan un mejor y más personalizado desarrollo de los servicios públicos, un ahorro en determinados costes o la implementación de determinadas funcionalidades o facilidades para los ciudadanos, como ya hemos subrayado.

Asimismo, muchas ciudades implementan redes *wi-fi* públicas para que los ciudadanos se registren previamente y se conecten a través de ellas, pudiendo conocer los entes públicos a través de las mismas, cuestiones como la localización exacta de cada usuario, los medios de transporte que utiliza o las páginas web que visita, entre otras, lo que constituye información de gran valor para dichos entes públicos.

Esta realidad evidencia que el avance de una ciudad inteligente no puede entenderse sin la recopilación de millones de datos de sus habitantes. Aunque en muchos casos dichos datos se tratan por las administraciones públicas correspondientes de manera agregada o disociada, de tal manera que no sea posible identificar al ciudadano concreto al que pertenecen los datos (pej. con la identificación de patrones relativos a la edad, al sexo o estado civil), lo cierto es que en muchos otros casos resultaría posible para los organismos públicos que actúan detrás de esas ciudad conectada identificar a los usuarios que interactúan con ella, mediante la reidentificación o inferencia.

Resulta evidente que si no se cumple con las garantías adecuadas, el desarrollo de la ciudad inteligente podría suponer una injerencia desmesurada en la intimidad y en la privacidad de sus ciudadanos. Dichas garantías, entre otras cuestiones, pasarían por solicitar, a los ciudadanos que accedan (de manera voluntaria) a los servicios conectados proporcionados por la *smart city*, solo aquellos datos estrictamente necesarios para la prestación del servicio o funcionalidad concreta, sin recabar en ningún caso datos que puedan resultar desproporcionados o excesivos para la finalidad perseguida.

Además, se deberá informar de manera muy clara a los ciudadanos, entre otras cuestiones, de para qué se van a tratar sus datos, quién lo va a hacer y durante cuánto tiempo. Y se deberá, en la medida de lo posible, evitar la utilización de datos individualizados: esto se consigue mediante técnicas de anonimización y seudonimización, se utilizarán únicamente datos agregados que no permitan la identificación directa de los ciudadanos.

#### 4.1 Ciudades Inteligentes, *Big data* y Derechos Fundamentales de los Habitantes de la Ciudad

Hablar de ciudades inteligentes sin hablar de *Big data* carecería de sentido. El *Big data* puede ser definido como “grandes cantidades de datos digitalizados que son controlados por las empresas, autoridades públicas y otras grandes organizaciones que poseen la tecnología para realizar un análisis extenso de los mismos basado en el uso de algoritmos”<sup>28</sup>. El término *Big data* hace referencia a una acumulación masiva de datos tal, que supera la capacidad de las herramientas tradicionales para que sean capturados, gestionados y procesados en un tiempo razonable<sup>29</sup>. Se considera que un conjunto de datos entra dentro de la categoría de *Big data* si requiere analistas especializados al ser demasiado grande como para manejarlo de forma apropiada con los programas convencionales de software disponibles para el público en general. El enfoque de la recopilación, análisis, procesamiento y visualización de cantidades masivas de datos, no necesariamente estructurados, para la toma de decisiones, es bastante reciente, pero está adquiriendo cada vez más relevancia y presenta un enorme potencial, gracias a la acumulación masiva de datos favorecida por la implantación generalizada de las TIC. La esencia del *Big data* radica en el uso de los datos para resolver problemas, ya sea en el ámbito empresarial, personal o en el de las Administraciones públicas, lo que le da un enorme potencial en el ámbito de las ciudades inteligentes.

Entre las características comunes del *Big data*, independientemente del sector del que estemos hablando, encontramos entre ellas además de la variedad, volumen y velocidad (“las 3 v”), una cuarta “v”, la veracidad, a la que se añade también

---

<sup>28</sup> Definición del International Working Group on Data Protection in Telecommunications: IWGDPT (Grupo de Telecomunicaciones de Berlín). Según Álvarez Hernando en su *Guía Práctica sobre Protección de Datos* de 2010 (p. 576), el Grupo de Berlín se constituyó en 1983, en el marco de la Conferencia Internacional de Protección de Datos y Privacidad en la iniciativa del Alto Comisionado de Berlín de protección de datos, a iniciativa de la autoridad de protección de datos del Länder de Berlín, donde tiene su sede. Agrupa, junto a representantes de las autoridades de control de un gran número de estados, a representantes de organizaciones internacionales públicas y privadas, y a representantes de los sectores industriales implicados. Se trata en definitiva, de un foro de trabajo abierto que pretende debatir sobre las implicaciones del uso de las telecomunicaciones en la esfera privada de los individuos y en la protección de sus datos personales, procurando anticiparse a los problemas que se plantean en la práctica. La Agencia Española de Protección de Datos participa regularmente en las actividades de dicho grupo que se reúne con carácter semestral en distintos países del mundo. Asimismo, el Grupo emite dictámenes y documentos de trabajo.

<sup>29</sup> BALDOMINOS GÓMEZ, Alejandro, MOCHÓN MORCILLO, Francisco, NAVAS DELGADO, Ismael, et. al., *Introducción al Big Data*, García-Maroto Editores, Madrid, 2016, p. 48.

normalmente una quinta “v”, referida la valorización<sup>30</sup>. El *volumen* hace referencia a la gran cantidad de datos disponibles o accesibles. Debe considerarse que muchos de esos datos disponibles no porque no tendrán calidad o porque no tendrán utilidad para la finalidad perseguida, no obstante, volumen de información es enorme, continuo y creciente. En este sentido, las distintas fuentes de información de donde pueden obtenerse datos hacen referencia a la característica de la *variedad*. Los datos pueden obtenerse estructurados y organizados o datos desestructurados, ya provengan de texto, música, imágenes, tablas, cifras, transacciones, formularios y un largo etcétera. La *variedad* de la procedencia de los datos genera valor en el *Big data*, pero también complejidad a la hora de trabajar con la información, por lo que resulta necesaria la *veracidad* como característica de los datos. El *Big data* ha de ser capaz de tratar y analizar inteligentemente el gran volumen de datos con la finalidad de obtener una información verídica y útil que nos permita mejorar nuestra toma de decisiones. Por último, la *velocidad* en la generación de datos es vertiginosa y afecta a la toma de decisiones que se pretende mejorar con el uso del *Big data*, y de ahí deriva su complejidad, de la enorme cantidad de información cambiante por su magnitud, sobre la base de la cual hay que tomar una decisión.

Conociendo y comprendiendo la cantidad de datos disponibles a través de las TIC, junto con las diversas acciones para obtener tales datos, el paso siguiente es incorporar la utilidad, y a ello hace referencia el término de *valorización*. Es decir, identificar, en el caso de las ciudades inteligentes cómo el gobierno municipal puede analizar los datos y extraer conclusiones para realizar acciones como predecir comportamientos de los usuarios de servicios públicos, identificar gustos o necesidades por grupos de usuarios o segmentación y su posterior aplicación a la prestación de los servicios<sup>31</sup>.

En definitiva, el *Big data* o macrodatos supone la recopilación de cantidades masivas de datos por parte de organizaciones públicas o privadas que, mediante la utilización de herramientas tecnológicas de Inteligencia Artificial y Aprendizaje Automático (*Machine Learning*) basadas en algoritmos, son capaces de analizar dichos datos de cara a obtener información que pueda resultar muy valiosa y rentable. Y es por ello que el *Big data* está íntimamente ligado con las *smart cities* y el *IoT* (*IdC* – Internet de las Cosas), así como con la privacidad y la protección de datos personales, siempre que su utilización implique el tratamiento de los mismos.

En relación con el tratamiento de datos personales el marco normativo básico de referencia es la Ley Orgánica 3/2018, de 5 de diciembre, de Protección de Datos Personales y garantía de los derechos digitales que adapta la legislación española al RGPD de la Unión Europea. Esta normativa establece ciertos principios de protección de datos que son de cumplimiento obligado en todo proyecto relativo a

<sup>30</sup> ISHWARAPPA y ANURADHA, J., “A brief introduction on Big Data 5vs characteristics and Hadoop technology”, *Procedia Computer Science*, n. 48, p. 320 y 321.

<sup>31</sup> Permítase la remisión, sobre esta cuestión, a DURÁN RUIZ, Francisco Javier, “Big data aplicado a la mejora de los servicios públicos y protección de datos personales”, *Revista de la Escuela Jacobea de Postgrado*, n. 12, 2018, pp. 33-74.

una ciudad inteligente. Destacan entre otros el principio de minimización de datos, que implica que la información recogida y procesada será la mínima imprescindible para atender la finalidad perseguida, la obligación de seudonimización<sup>32</sup> o el principio de privacidad desde el diseño. No tendrán obligación de respetar esta normativa los proyectos que se lleven a cabo a partir de datos anonimizados, puesto que como señala el RGPD en Considerando 26 “*los principios de protección de datos no deben aplicarse a la información anónima, es decir información que no guarda relación con una persona física identificada o identificable, ni a los datos convertidos en anónimos de forma que el interesado no sea identificable, o deje de serlo*”.

En este sentido, y para poder determinar si existe tratamiento de datos personales y utilización de técnicas de *Big data* en las *smart cities*, resultaría preciso establecer primero si la información recopilada va a ser objeto de tratamiento (la respuesta lógicamente es positiva, pues se utilizarán y se tratarán para diseñar, mejorar y prestar servicios a los ciudadanos) y segundo, si dicha información hace o no identificables a los usuarios finales implicados. Como bien señala la normativa de protección de datos, existen técnicas que permiten reducir los riesgos inherentes al tratamiento máximo de datos personales, como pueden ser la anonimización y la seudonimización. Pero dichas técnicas no deben confundirse: mientras que la anonimización permite que la persona en concreto no pueda ser identificable, ya que se disocia por completo el vínculo con el dato personal, la seudonimización no elimina esa vinculación con los datos de la persona, sino que asigna al usuario una serie de datos que no lo hacen a priori identificable pero que, en conexión con otros datos, permitirían asociarse a un usuario concreto.

En particular, lo que hay que tener presente en relación con la utilización de técnicas de *Big data* en las *smart cities* es la necesidad de utilizar ciertas técnicas que permitan que se haga un tratamiento masivo de datos de manera responsable y segura, de cara a proteger en todo momento los derechos y libertades de los propios usuarios, que podrían ver cómo sus datos o su información personal es comercializada por terceras empresas en su propio beneficio, intentando evitar en la medida de lo posible que la información recabada se identifique directamente con cada usuario final. Y es por ello que resultaría ampliamente recomendable utilizar técnicas de anonimización o, en su caso, de seudonimización, que hagan que no sea posible identificar el usuario final de los servicios de la *smart city* y que garanticen que la información se trate únicamente de manera agregada y disociada.

Antes de llevar a cabo un proyecto de ciudad inteligente, en relación con la protección de datos personales, se deberá realizar, según dispone la Sección 3 del RGPD relativa a “Evaluación de impacto relativa a la protección de datos y consulta previa”, un análisis de varias cuestiones: 1) el volumen de la información sujeta a

---

<sup>32</sup> El artículo 4.5 del RGPD de la UE establece que la seudonimización es “el tratamiento de datos personales de manera tal que ya no puedan atribuirse a un interesado sin utilizar información adicional, siempre que dicha información adicional figure por separado y esté sujeta a medidas técnicas y organizativas destinadas a garantizar que los datos personales no se atribuyan a una persona física identificada o identificable”.

tratamiento, 2) el número y tipo de fuentes que se van a utilizar para obtener los datos o la información, y 3) el tiempo de conservación de dicha información (artículo 35 RGPD). Esta evaluación previa, deberá incluir por lo menos “a) una descripción sistemática de las operaciones de tratamiento previstas y de los fines del tratamiento, inclusive, cuando proceda, el interés legítimo perseguido por el responsable del tratamiento; b) una evaluación de la necesidad y la proporcionalidad de las operaciones de tratamiento con respecto a su finalidad; c) una evaluación de los riesgos para los derechos y libertades de [las personas físicas]; y d) las medidas previstas para afrontar los riesgos, incluidas garantías, medidas de seguridad y mecanismos que garanticen la protección de datos personales, y a demostrar la conformidad con el presente Reglamento” (artículo 35.7 del RGPD). Adicionalmente, debería procederse a consultar a la Autoridad de Protección de Datos, según el art. 36.1 RGPD que dispone que el responsable del tratamiento “consultará a la autoridad de control antes de proceder al tratamiento cuando una evaluación de impacto relativa a la protección de los datos en virtud del artículo 35 muestre que el tratamiento entrañaría un alto riesgo si el responsable no toma medidas para mitigarlo”.

Otra consideración previa al desarrollo de proyectos de *smart cities* es el consentimiento previo de las personas afectadas para la recogida y tratamiento de los datos. A este respecto, es importante recordar que, como regla general, las Administraciones Públicas no necesitan el consentimiento de los titulares de los datos cuando los recojan para el ejercicio de sus propias competencias, siempre y cuando su uso sea lícito y conforme a derecho y los datos a utilizar sean proporcionados. Se trata de una prerrogativa de las Administraciones que no puede aplicarse de manera directa a las operaciones de explotación comercial de la información personal, puesto que en este caso el es incompatible con el fin que en principio justificó su recogida y tratamiento, por mucho que el acceso a los mismos se considere necesario para poder desarrollar el concreto proyecto.

En las ciudades inteligentes, las operaciones de tratamiento de datos que se realizan no son simples cesiones de datos, sino interconexiones generalizadas entre diversos actores cuyas características fundamentales son su carácter masivo y automatizado. Como en las ciudades inteligentes se integran servicios diversos y se produce una gestión horizontal y no vertical de los mismos, que va más allá de cada uno de los servicios considerados separadamente, esto afecta directamente al principio de calidad de los datos, según el cual los mismos no podrían utilizarse para otras finalidades incompatibles con las que justificaron su recogida.

A excepción de lo dicho respecto a los datos recabados y tratados por las Administraciones Públicas para el ejercicio de sus competencias, todo el sistema de protección de los datos personales, se fundamenta en la idea de que el tratamiento de datos de carácter personal requiere el consentimiento previo e inequívoco de la persona interesada o titular de los mismos, pues este principio permite a la persona ejercer el control efectivo del uso de sus datos por parte de terceros. Esto se traduce en los requisitos que recoge el RGPD para que el consentimiento del interesado permita el

tratamiento de sus datos personales: que sea libre, específico, informado e inequívoco, y que se realice ya sea mediante una declaración o mediante una clara acción afirmativa, nunca de forma implícita o supuesta. Así, el Reglamento General define “consentimiento del interesado” (art. 4 apartado 11) como: “*toda manifestación de voluntad libre, específica, informada e inequívoca por la que el interesado acepta, ya sea mediante una declaración o una clara acción afirmativa, el tratamiento de datos personales que le conciernen*”<sup>33</sup>, y del mismo modo lo reproduce el art. 6 de la nueva LOPD bajo el título “*tratamiento basado en el consentimiento del afectado*”.

El RGPD ha supuesto por tanto un endurecimiento de los requisitos para que el consentimiento otorgado pueda considerarse válido. El consentimiento tácito ya no es válido, y no solo eso, cuando el tratamiento de los datos tenga varios fines diferentes, el consentimiento debe darse para todos y cada uno de ellos, como recoge el art. 6.2 de la LOPD 3/2018: “*Cuando se pretenda fundar el tratamiento de los datos en el consentimiento del afectado para una pluralidad de finalidades será preciso que conste de manera específica e inequívoca que dicho consentimiento se otorga para todas ellas*”.

El consentimiento, como bien ha subrayado el GT 29<sup>34</sup>, si se utiliza correctamente “es una herramienta que otorga al sujeto un control sobre el tratamiento de sus datos. Si se utiliza de manera incorrecta, el control del sujeto se convierte en ilusorio y entonces el consentimiento constituye una base inapropiada para el tratamiento de los datos”.

Ha quedado patente en los tiempos más recientes la insuficiencia de las políticas de privacidad y la prestación del consentimiento por el usuario a dichas políticas, considerando que la inmensa mayoría de los usuarios ni siquiera lee los términos de las políticas de privacidad o si los lee no alcanza a comprenderlos. Por ello, al albur de la implantación del principio de transparencia, que se recoge en el art. 12 RGPD y el art. 11 LOPD y juega un papel importante, se ha incorporado la necesidad de otra redacción de las políticas de privacidad, que garantice una notificación efectiva, y de un desarrollo de los mecanismos que permitan otorgar un consentimiento informado.

Con la introducción de nuevas tecnologías de la información como *Big data*, el consentimiento resulta por sí mismo claramente insuficiente para la protección de los datos personales, y se pone en entredicho que sea un consentimiento verdaderamente

---

<sup>33</sup> El carácter específico del consentimiento “indica que el consentimiento debe referirse a una determinada operación de tratamiento y para una finalidad determinada, explícita y legítima del responsable del tratamiento. Su carácter informado implica como hemos mencionado que el afectado o afectada conozca con anterioridad al tratamiento la existencia del mismo y las finalidades para las que el mismo se produce. Por último el consentimiento debe ser inequívoco, por lo que no cabe deducirlo tácita o presuntamente de los simples actos realizados por el afectado o afectada, siendo preciso que exista expresamente una acción u omisión que implique la existencia del consentimiento” [DURÁN RUIZ, Francisco Javier, “Protección de datos personales de los menores en los centros docentes”, DURÁN RUIZ, Francisco Javier y SAID HUNG, Elías (Dirs.), TICs y Sociedad Digital: educación, infancia y derecho, Comares, Granada, 2015, p. 391].

<sup>34</sup> Grupo de Trabajo del artículo 29, Opinión 06/2014 on the notion of legitimate interests of the data controller under Article 7 of Directive 95/46/EC (2014); Opinión 15/2011 on the definition of consent (2011).



informado<sup>35</sup> e igualmente el principio de calidad de los datos, ya que los datos son usados claramente para finalidades distintas a aquellas que motivaron su obtención, como fácilmente puede ocurrir en los proyectos de ciudades inteligentes. No obstante, como hemos manifestado los datos pueden usarse si por la anonimización han dejado de considerarse datos personales y por tanto no están sometidos a la normativa sobre protección de datos (Considerando 30 RGPD).

Aunque se han planteado soluciones a la redacción de la información para garantizar que el consentimiento de los usuarios sea verdaderamente un consentimiento informado. Reiteramos aquí que *“El funcionamiento de nuevas TIC como Big data dificulta enormemente esta labor, puesto que los datos se mueven de un lugar a otro, de un receptor a otro de forma impredecible, y especialmente porque el valor que pueden tener los datos no se conoce ni se puede conocer en el momento en que son recogidos, convirtiendo el consentimiento en un ‘todo incluido’ y desvirtuando o vulnerando entre otros principio esenciales de la protección de datos como el de calidad de los datos”*<sup>36</sup>.

En este sentido y en relación a esta tecnología, Gil González<sup>37</sup> pone de manifiesto que *“la cadena de emisores y receptores de datos es potencialmente infinita, e incluye actores e instituciones cuyo rol y responsabilidades no están delimitados o comprendidos. Así, la cesión de datos puede llegar a ser relativamente oscura”*. Plantea la pregunta de si la obligación del responsable del tratamiento de informar sobre la recogida de los datos se circunscribe a la información que explícitamente recoge, o si debe adoptarse un criterio más amplio y entender que este deber de información también alcanza a aquella información que la institución pudiera obtener tras el tratamiento, como puede suceder si se produce una reutilización o cesión de la información para su tratamiento mediante Big data por terceros a partir de los datos recabados por la Administración municipal en una ciudad inteligente.

La doctrina mayoritaria opina que el consentimiento y la información que se proporciona a la persona que lo presta debe referirse también a la información que se puede extraer de un análisis sofisticado de los datos personales, incluida la información que pueda extraerse agregando esos datos con otros ficheros y fuentes, y no solo al hecho de que se recaben datos primarios. Sin embargo, en la práctica, por las propias características y naturaleza de tecnologías como *Big data*, en que no se pueden predecir los resultados o relaciones que se obtendrán de los datos, esta solución parece impracticable. Si el propio responsable del tratamiento no puede saber con antelación que utilidad, aplicación o resultados arrojarán los datos obtenidos, no puede darse la

<sup>35</sup> El principio de información es básico en la protección de datos personales. Aparecía en el art. 5 de la LOPD de 1999 bajo el título “Derecho de información en la recogida de datos” y se ha recogido como se ha dicho en el art. 11 “Transparencia e información al afectado” de la LOPD de 2018.

<sup>36</sup> DURÁN RUIZ, Francisco Javier, “El tratamiento de los datos personales de los menores de edad en la nueva normativa de protección de datos”, en GARCÍA GARNICA, María del Carmen, y MARCHAL ESCALON, Nuria (Dirs.); QUESADA PÁEZ, Abigail y MORENO CORDERO, Gisela (Coords.), *Aproximación interdisciplinaria a los retos actuales de protección de la infancia dentro y fuera de la familia*, Cizur Menor, Thomson Reuters Aranzadi, 2019, pp.478-479

<sup>37</sup> GIL GONZÁLEZ, Elena, *Big Data, privacidad y protección de datos*, Agencia Española de Protección de Datos y Boletín Oficial del Estado, Madrid, 2016, p. 73.

información con carácter previo al usuario sobre la finalidad para la que se recaban los datos. Como plantea Gil González<sup>38</sup> “*ha surgido una nueva dificultad derivada del hecho de que el mayor valor de la información ya no reside en un uso primario, sino que ahora se encuentra en los usos secundarios, y esto afecta al núcleo de la protección de datos personales*”.

Esto ha llevado a los expertos, como la citada, cuya opinión compartimos<sup>39</sup>, a plantear que la atención no puede estar tan centrada en el momento de prestación del consentimiento para el tratamiento de los datos y en los sistemas para prestar un verdadero consentimiento informado, sino que debe desplazarse al momento de la utilización efectiva de los datos, y así debe hacerse en los datos que se recaban para su tratamiento en las *smart cities*.

## CONCLUSIONES

La tendencia a la concentración de la población en las ciudades hace imprescindible contar con mecanismos y tecnologías que garanticen la sostenibilidad de los desarrollos urbanos, el respeto por el medio ambiente, la utilización racional de los recursos disponibles y el adecuado tratamiento de los residuos generados. Es esencial, por tanto, una apuesta decidida y global por las ciudades inteligentes, para mejoren la prestación de servicios públicos y hacer frente a los retos que, a medio plazo, deben afrontarse a nivel mundial en la gestión de los espacios urbanos.

La Unión Europea está intentando ser un referente mundial en proyectos de ciudades inteligentes, y está desarrollando para promoverlas: financiar iniciativas y proyectos en este ámbito, y en segundo lugar la función de armonización o de coordinación de la legislación de los Estados miembros y de los estándares técnicos para hacer posible esta realidad. Solo con intervención de la UE podrá crearse un marco legal y tecnológico homogéneo que facilite un modelo homologable de ciudad inteligente en todo su territorio. El beneficio más directo de esta política es que crea un gran mercado interno que incrementa el atractivo de negocio de la UE y a ello se orienta como veremos el Mercado Único Digital o *Digital Single Market* como iniciativa paralela de la UE, de la que es ejemplo el Marco Europeo de Referencia para la Ciudad Sostenible (RFSC).

España forma parte de esta estrategia europea y está promoviendo numerosos proyectos cofinanciados con la UE de ciudades inteligentes. Sin embargo, no lo está haciendo de forma vertical, dictando normativa expresamente que regule este fenómeno, sino mediante softlaw y colaboración público-privada, que es patente en este ámbito. Así, lo demuestra el liderazgo público del Comité CTN 178, erigido

---

<sup>38</sup> GIL GONZÁLEZ, Elena “Big data y datos personales: ¿es el consentimiento la mejor manera de proteger nuestros datos?”, *Diario La Ley*, N. 9050, 27 de Septiembre de 2017.

<sup>39</sup> Permítase la remisión, en relación a la insuficiencia del consentimiento como fundamento de la protección de datos en la actualidad, a DURÁN RUIZ, Francisco Javier, “TIC y protección de datos personales en la Unión Europea, con especial referencia a los menores y el Reglamento General (UE) 2016/679 de protección de datos”, en DURÁN RUIZ, Francisco Javier (Dir.), *Desafíos de la protección de menores en la sociedad digital. Internet, redes sociales y comunicación*, Tirant Lo Blanch, 2018, pp. 87-124.

para la estandarización técnica necesaria para desarrollar dichos proyectos de ciudades inteligentes, que forma parte de UNE, asociación de base privada.

Las implicaciones jurídicas que en nuestro país tiene la implantación de las ciudades inteligentes son numerosas, afectando a la normativa sobre Administración electrónica, transparencia y derecho de acceso a la información pública, participación ciudadana y protección de datos personales.

Resulta evidente que si no se cumple con las garantías adecuadas, el desarrollo de la ciudad inteligente podría suponer una injerencia desmesurada en la intimidad y en la privacidad de sus ciudadanos y una forma de control social por parte de la Administración, como el caso expuesto de China.

Antes de llevar a cabo un proyecto de ciudad inteligente, en relación con la protección de datos personales, se deberá realizar, según dispone la Sección 3 del RGPD relativa a “Evaluación de impacto relativa a la protección de datos y consulta previa”, y a nivel nacional el marco normativo básico de referencia es la Ley Orgánica 3/2018, de 5 de diciembre, de Protección de Datos Personales y garantía de los derechos digitales que adapta la legislación española al RGPD.

En cumplimiento de la LOPD, el desarrollo de proyectos de *smart cities* debe basarse en consentimiento previo de las personas afectadas para la recogida y tratamiento de los datos, si bien, como regla general, las Administraciones Públicas no necesitan el consentimiento de los titulares de los datos cuando los recojan para el ejercicio de sus propias competencias, siempre y cuando su uso sea lícito y conforme a derecho y los datos a utilizar sean proporcionados. Sin embargo, esta prerrogativa tiene límites y no puede aplicarse de manera directa a las operaciones de explotación comercial de la información personal. La naturaleza y funcionamiento de las técnicas de *Big data* aplicadas a los datos personales de los ciudadanos que se recaban y tratan en una ciudad inteligente, motivan que el consentimiento como base del tratamiento pierda sentido y que sea necesario por tanto cambiar este paradigma.

## BIBLIOGRAFÍA

- ÁLVÁDEZ HERNANDO, Javier, *Guía Práctica sobre Protección de Datos, cuestiones y formularios*, Lex Nova, Valladolid, 2010.
- BALDOMINOS GÓMEZ, Alejandro, MOCHÓN MORCILLO, Francisco, NAVAS DELGADO, Ismael, et. al., *Introducción al Big Data*, García-Maroto Editores, Madrid, 2016.
- DUBOIS de PRISQUE, E., “Le système de crédit social chinois. Comment Pékin évalue, récompense et punit sa population”, *Futuribles*. n. 434, 2020, pp. 27-48.
- DURÁN RUIZ, Francisco Javier, “Protección de datos personales de los menores en los centros docentes”, en DURÁN RUIZ, Francisco Javier y SAID HUNG, Elías (Dir.), *TICs y Sociedad Digital: educación, infancia y derecho*, Comares, Granada, 2015, pp. 385-405.
- DURÁN RUIZ, Francisco Javier, “Big data aplicado a la mejora de los servicios públicos y protección de datos personales”, *Revista de la Escuela Jacobea de Postgrado*, n. 12, 2018, pp. 33-74.
- Durán Ruiz, Francisco Javier, “TIC y protección de datos personales en la Unión Europea, con especial referencia a los menores y el Reglamento General (UE) 2016/679 de protección de datos”, en DURÁN

RUIZ, Francisco Javier (Dir.): *Desafíos de la protección de menores en la sociedad digital. Internet, redes sociales y comunicación*, Tirant Lo Blanch, 2018, pp. 87-124.

DURÁN RUIZ, Francisco Javier, “El tratamiento de los datos personales de los menores de edad en la nueva normativa de protección de datos”, en GARCÍA GARNICA, María del Carmen, y MARCHAL ESCALON, Nuria (Dirs.); QUESADA PÁEZ, Abigail y MORENO CORDERO, Gisela (Coords.), *Aproximación interdisciplinaria a los retos actuales de protección de la infancia dentro y fuera de la familia*, Cizur Menor, Thomson Reuters Aranzadi, 2019, pp. 473-497.

ISHWARAPPA y ANURADHA, J., “A brief introduction on Big Data 5vs characteristics and Hadoop technology”, *Procedia Computer Science*, n. 48, pp. 319-324.

GIL GONZÁLEZ, Elena, *Big Data, privacidad y protección de datos*, Agencia Española de Protección de Datos y Boletín Oficial del Estado, Madrid, 2016.

GIL GONZÁLEZ, Elena “Big data y datos personales: ¿es el consentimiento la mejor manera de proteger nuestros datos?”, *Diario La Ley*, N. 9050, 27 de Septiembre de 2017.

GONZÁLEZ DE ALEDO CASTILLO, Ignacio, “Internet de las cosas”, en RECUERDA GIRELA, Miguel Ángel, *Tecnologías disruptivas. Regulando el furo*, Cizur Menor (Navarra), Thomson Reuters Aranzadi, 2019, pp. 329-356.

VALERO TORRIJOS, J. “La innovación tecnológica al servicio de la transparencia en la contratación pública. La Plataforma PLAN como ejemplo del cambio de paradigma”, en GUERRERO MANSO, Carmen (Coord.) y GIMENO FELIÚ, Jose María (Dir.), *Observatorio de los contratos públicos 2017*, pp. 441-460.

VELASCO RICO, Clara Isabel, “La ciudad inteligente: entre la transparencia y el control”, *Revista General de Derecho Administrativo*, n. 50, enero 2019. Disponible en: [https://www.iustel.com/v2/revistas/detalle\\_revista.asp?id\\_noticia=421181](https://www.iustel.com/v2/revistas/detalle_revista.asp?id_noticia=421181)

VILLAREJO GALENDE, Helena, “Smart cities, una apuesta de la Unión Europea para mejorar los servicios públicos urbanos”, *Revista de Estudios Europeos* n. 66, enero-junio, 2015, pp. 25-51.